

Prezados leitores,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. (“Camil” e “Companhia”), relativas aos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 (“2024”) e 29 de fevereiro de 2024 (“2023”), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código “CAML3”, o mais alto nível de governança da B3. A Camil é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como uma das maiores plataformas de alimentos multicategoria na América Latina. Os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de grãos, adoçados, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, biscoitos, produtos saudáveis, dentre outros produtos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado, incluindo Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel no Brasil, Saman e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru e Rico Arroz no Equador. Além das marcas principais, o portfólio da Companhia contempla diversas outras marcas regionais, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

Mensagem da Administração

Em 2024, a Camil registrou receita líquida de R\$12,3 bilhões, representando um crescimento de +9% em relação ao ano anterior. O EBITDA atingiu R\$907 milhões, com margem de 7,4%. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pela dinâmica de preços elevados de arroz na categoria de alto giro no Brasil, pelo crescimento de volumes nas categorias de alto valor (pescados, massas, café e biscoitos), além de uma sólida performance nos mercados internacionais.

No segmento de alto giro no Brasil (grãos e açúcar), destacamos o impacto dos preços elevados do arroz na receita anual. Em açúcar, tomamos medidas para minimizar os efeitos de um cenário desafiador, mantendo as operações de exportação durante o ano. No entanto, seguimos enfrentando desafios em termos de rentabilidade e volume no varejo nacional, devido à alta competitividade do setor. Nas categorias de alto valor, registramos crescimento consistente, sustentado pelo aumento de volumes em novas categorias, refletindo o fortalecimento do nosso portfólio. Destacamos a manutenção da boa rentabilidade em massas no ano, impulsionada pelo lançamento das massas da marca Camil na região metropolitana de São Paulo, reforçando a estratégia de crescimento de uma das categorias com maior rentabilidade no ano. Trabalhamos nos últimos anos na expansão da capacidade de produção de massas e estamos construindo nosso espaço para expansão de vendas e aumento da representatividade da categoria para a Camil. No segmento de café, identificamos oportunidades relevantes e estamos implementando inovações e melhorias de execução para acelerar nosso crescimento. O café União ampliou seu portfólio e alcançou o Brasil com novas versões de embalagens adequadas à preferência dos consumidores, nos posicionando como o quarto maior player do segmento em três anos de operação. Em biscoitos, mantivemos o foco em campanhas para revitalizar e fortalecer a marca Mabel. Nossa estratégia permanece clara e consistente: acelerar o crescimento nas categorias de alto valor, especialmente café, massas e biscoitos, nas quais temos capacidade produtiva disponível e oportunidades expressivas de expansão, tanto em volume quanto em rentabilidade.

No mercado internacional, mantivemos uma trajetória sólida de rentabilidade, com destaque para o desempenho das exportações do Uruguai e a expansão nos mercados locais de Chile, Peru e Equador. Como parte do nosso plano de crescimento e consolidação regional, anunciamos nossa entrada no Paraguai, pendente fechamento da operação.

Avançamos também em nossa agenda ESG, com destaque para a inclusão da Camil novamente na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, o ISE, da B3 com vigência a partir de maio de 2025. Além disso, destacamos a continuidade da publicação do nosso Relatório de Sustentabilidade, que detalha as principais iniciativas e avanços da Companhia com base nas melhores metodologias de mercado. Seguimos com nossos projetos sociais Grãos da Base e Doce Futuro, impulsionando a capacitação e treinamento de microempreendedores. Do lado ambiental, ampliamos a promoção da economia circular em nossas operações, com destaque para a geração de energia renovável a partir da casca de arroz, com foco na gestão responsável de nossos resíduos. Também focamos em nossos colaboradores, com capacitação, voluntariado e desenvolvimento de projetos focados em cultura colaborativa. Esses marcos no ano reforçam nosso compromisso na criação de valor compartilhado e na perenidade dos nossos negócios.

Com um portfólio diversificado de produtos e uma presença geográfica estratégica na América do Sul, seguimos investindo na eficiência de nossas operações e na valorização das nossas marcas. Ao longo dos mais de 60 anos de história, a Camil se consolidou como uma referência no setor de alimentos, com marcas reconhecidas pelos consumidores nos diversos países onde atuamos. Continuamos confiantes de que estamos no caminho certo para fortalecer ainda mais nossa posição de liderança e entregar valor sustentável a todos os nossos públicos.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eventos Recentes

- ⊗ **Junho 2024: Conclusão 14ª Emissão de Debêntures:** No dia 18 de junho de 2024, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 séries, no valor de R\$650 milhões, sendo suas remunerações: 1ª série com remuneração de CDI 104% a.a, 2ª série IPCA +6,82% a.a e 3ª série IPCA +6,99% a.a.
- ⊗ **Junho 2024: Assembleia Geral Ordinária:** Em junho de 2024 a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária Anual. Os materiais da Assembleia estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia.
- ⊗ **Julho 2024: Publicação do Relatório de Sustentabilidade:** Em julho de 2024, a Camil publicou seu relatório de sustentabilidade, descrevendo as práticas, desempenho e impacto ambiental, social e governança que a Companhia vem praticando em suas operações e cadeia de valor. O relatório está disponível na CVM e no website de Relações com Investidores da Companhia.
- ⊗ **Setembro 2024: Informe de Governança Corporativa:** Em setembro de 2024, a Camil publicou seu informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa 2024. Mantivemos nossa posição estável em 92% de aderência, reforçando mais uma vez a nossa governança com as melhores práticas de mercado. Para consultar o informe, acesse a CVM ou o site de Relações com Investidores da Companhia.
- ⊗ **Novembro 2024: Celebração do Contrato Definitivo para Aquisição da Villa Oliva:** Em 18 de novembro de 2024, a Companhia anunciou a aquisição de 100% da Rice Paraguay S.A. e 80% da Villa Oliva Rice S.A. por meio da Q2PY S.A. Após a conclusão da transação, a Q2PY controlará as terras rurais, enquanto a Camil ficará com os ativos industriais da Villa Oliva. A Companhia manterá o mercado informado acerca dos próximos passos para a conclusão da transação.
- ⊗ **Fevereiro 2025: Aprovação de pagamento de JCP e Dividendos:** Em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$25 milhões, correspondente ao valor bruto unitário de aproximadamente R\$0,05 por ação, com pagamento realizado em março de 2025. Com esse montante, a Companhia totalizou a distribuição de R\$100 milhões em proventos no exercício.
- ⊗ **Abril 2025: Camil integra o ISE 2025:** Pelo terceiro ano consecutivo a Camil passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A inclusão da Camil na nova composição do ISE reforça o compromisso da Companhia em atuar no desenvolvimento sustentável dos negócios, do planeta e na criação de valor compartilhado.

ESG

Em 2024, conduzimos uma avaliação transversal das iniciativas relacionadas aos temas materiais de ESG na Companhia, culminando na elaboração de um plano de ação integrado e multissetorial. Como um dos principais avanços, destacamos a melhoria da pontuação da Camil no questionário do **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, no qual seguimos presentes em 2025 através do anúncio da nova carteira vigente a partir de 5 de maio de 2025**. Esse resultado reforça nosso compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável dos negócios e a criação de valor compartilhado.



No pilar social, fortalecemos nosso impacto positivo nas comunidades onde atuamos, alavancando nossos empreendimentos e marcas. Reforçamos os projetos Grãos da Base, com a marca Camil, e Doce Futuro, com a marca União — ambos baseados em metodologia proprietária que capacita pequenos empreendedores e negócios locais em gestão, com foco em rentabilidade e sustentabilidade. Também ampliamos nossas iniciativas voltadas ao desenvolvimento interno, promovendo capacitação, cultura colaborativa e o engajamento de nossos colaboradores, em linha com os valores da Companhia e com nossa estratégia de crescimento sustentável.

Na frente ambiental, destacamos a geração de energia limpa a partir da casca de arroz, um subproduto do nosso processo produtivo. Em nossas unidades de Itaqui e Capão do Leão, utilizamos esse material como biocombustível em termoelétricas, transformando resíduos em energia. A cinza resultante é reaproveitada como adubo agrícola, fechando o ciclo de forma sustentável e contribuindo para uma gestão mais eficiente e responsável de nossos resíduos, fortalecendo nosso pilar de economia circular.

A Companhia está em fase final de preparação do seu próximo Relatório de Sustentabilidade, referente ao fechamento de fevereiro de 2025. Seguimos comprometidos em fortalecer nosso impacto positivo, cuidando das pessoas que fazem parte da nossa jornada, assegurando a qualidade de nossos produtos e atuando com responsabilidade na mitigação dos impactos ambientais que geramos.

Prêmios e Reconhecimentos

- Ⓢ **Prêmio “Marcas de Quem Decide 2024 (Jornal do Comércio do RS)** – 5º Lugar da marca Namorado na categoria de Arroz
- Ⓢ **Líder de Vendas Brasil da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados)** – 1º Lugar da marca Camil na categoria de Arroz e 1º lugar da marca União Refinado na categoria Adoçados
- Ⓢ **Top of Mind do Rio Grande do Sul** – Preferência de marca na região Sul e 1º lugar na categoria de Feijão
- Ⓢ **Troféu Gente Nossa – Amis (Associação Mineira de Supermercados)** – 1º lugar marca Santa Amália na categoria Mistura para Bolo e 1º lugar marca Santa Amália na categoria de Massas
- Ⓢ **Premiação Ranking Marcas da S.A Varejo** – 1º lugar marca União na categoria Açúcar; 1º lugar marca Camil na categoria Arroz; 1º Lugar marca Coqueiro na categoria Sardinha; 2º Lugar marca Santa Amália na categoria Massas
- Ⓢ **Camil Marca de Alto Renome** – A Camil, com os seus 61 anos de tradição, foi reconhecida pelo INPI como marca de alto renome. Esse título nos confere prestígio e reconhecimento pela tradição, presença e preferência da nossa marca no Brasil.
- Ⓢ **Marcas Preferidas – Diário de Pernambuco** – União 1º Lugar e Camil 3º Lugar.
- Ⓢ **29º Marcas Top of Mind Minas Gerais 2024** – Santa Amália: Marca líder no interior e marca de expressão na capital.
- Ⓢ **Prêmio Abre** – Café União Gourmet foi vencedor prata nas categorias de bebidas não alcoólicas e design gráfico.
- Ⓢ **Valor 1000** – 104ª posição.
- Ⓢ **Melhores & Maiores – Revista Exame** – 111ª posição.
- Ⓢ **Forbes Agro100 Maiores no Brasil** – 23ª posição.
- Ⓢ **500 Maiores do Sul – Revista Amanhã** – 24ª posição.
- Ⓢ **Melhores do Agro 2024 – Revista Globo Rural** – 37ª posição geral e 21ª posição entre as 50 maiores por região: Sudeste.
- Ⓢ **Prêmio APAS Acontece – Revista Super Varejo** - Categoria: Mercearia Commodities.
- Ⓢ **Prêmio Effie Awards Brasil** – Prata na categoria Marketing de Influência: ação "Camil: 50/50 – Qual é a sua Base?"
- Ⓢ **49º Anuário do Clube da Criação** – Bronze na categoria Negócios (Criação) - Alimentícios e Anuário na categoria Design: ação "Camil: 50/50 – Qual é a sua Base?"
- Ⓢ **El Ojo de Iberoamérica** – Prata na categoria Design e bronze nas categorias Transformação Criativa do Negócio e Digital & Social - Ação: "Camil: 50/50 – Qual é a sua Base?"
- Ⓢ **Top of Mind – Folha de São Paulo** - Coqueiro (Sardinha) e Camil (Feijão).
- Ⓢ **Prêmio Marcas & Consumidores** - Profissional de Marketing do Ano
- Ⓢ **SuperVarejo – Ranking 5 + mais vendidas no Varejo:** Arroz Camil: 1º lugar, Feijão Camil: 2º lugar, Açúcar União: 2º lugar e Atum Coqueiro: 2º lugar
- Ⓢ **Institutional Investor:** na premiação da Institutional Investor, ficamos em #1 em praticamente todas as categorias no âmbito de small caps e, no overall, também tivemos grandes destaques esse ano, incluindo:

Small Caps	Overall
Ⓢ #1 Melhor CEO	Ⓢ #1 Melhor Investor Day
Ⓢ #1 Melhor CFO	Ⓢ #3 Melhor Profissional de RI
Ⓢ #1 Melhor Profissional de RI	E pelo sell side:
Ⓢ #1 Melhor Conselho de Administração	Ⓢ #1 Melhor Conselho de Administração
Ⓢ #1 Melhor Investor Day Anual	Ⓢ #2 Melhor CEO
Ⓢ #1 Melhor Programa de RI	Ⓢ #2 Melhor CFO
Ⓢ #1 Melhor Programa de ESG	Ⓢ #2 Melhor Profissional de RI
	Ⓢ #2 Melhor Programa de RI

Marcas e Lançamentos

Camil, a base do Brasil: seguimos durante todo o ano 24'25 com a evolução da campanha "Camil a Base do Brasil" através de um novo visual e a execução de comunicação em São Paulo e Minas Gerais através dos canais digitais, mobiliário urbano (OOH) e pontos de venda. A campanha tem como foco reforçar a importância do consumo de grãos, principalmente Arroz e Feijão, comunicando para o consumidor os benefícios nutricionais e inspirações culinárias de todo o portfólio da marca.



Em 2024, a marca marcou a sua entrada na categoria de massas com o lançamento das Massas Camil Sêmola e Sêmola com ovos. Com portfólio alinhado ao mercado em quatro diferentes tipos de cortes, sendo eles: Espaguete, penne, parafuso e padre nosso. Como parte das ações, a marca participou da 27ª edição do "Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes", um dos mais conceituados eventos nacionais de gastronomia. Camil esteve presente de forma ativa com ações de "Cozinha ao vivo" e aulas no "Espaço Conhecimento", liderados pelos chefs convidados Helvécio Maciel e Carolina Fadel, e pelo Chef Lucas Canalis, da Casa do Sabor Camil. Além disso, a marca iniciou a ação "Rota do PF", um movimento focado em dar visibilidade a esse prato tradicional da gastronomia brasileira. Com ativações em mídias locais e engajamento através de influenciadores regionais, a ação reforça o compromisso da Camil com a valorização da comida cotidiana e a cultura alimentar do Brasil.



No terceiro trimestre de 2024, a Camil celebrou o grande sucesso da ação "50/50 – Qual é a sua Base?", realizada no ano de 2023. A campanha causou grande repercussão ao provocar a divertida discussão sobre a ordem de servir arroz e feijão: "feijão por cima ou por baixo?". A brincadeira conquistou os brasileiros e gerou um engajamento expressivo nas redes sociais, milhares de impressões, e o principal, o crescimento nas vendas de feijão. Foram inúmeros comentários, e a alta das hashtags: #FeijaoporCima e #FeijaoporBaixo também colocaram o tema no topo das conversas. Para dar ainda mais peso na discussão, a campanha contou com influenciadores que se posicionaram dizendo a ordem que preferem no prato. O assunto ainda repercutiu na imprensa e programas de TV, impactando até mesmo marcas de outros segmentos, como bebidas e embutidos. Com o maior resultado da marca, a ação teve o seu reconhecimento com a Prata no Prêmio Effie Awards Brasil 2024, uma das principais premiações de marketing e publicidade. E no anuário do Clube da Criação e no âmbito internacional, com destaque no prêmio El Ojo.



Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Camil? [Acesse o site da marca de grãos Camil.](#)

União, sabor que transforma: Durante o ano, a marca União realizou ações no digital em datas super icônicas e importantes para os brasileiros. No Dia das Mães, convidamos os creators Lucas Corazza, Ju Ferraz e Lais Cintra para relembrar a infância — como quando, na escola, faziam presentes para suas mães. Para os consumidores, abrimos uma caixa de perguntas no Instagram, convidando-os a enviar a receita preferida de suas mães. Nossa cozinha experimental então elaborava a receita para que cada filho pudesse produzi-la. Para o Dia dos Avós, convidamos dois influenciadores — Leo Kazuya e Lorenzo Ravioli — para repaginarmos os livros de receitas de suas avós. Recebemos aqueles cadernos antigos, com páginas gastas pelo tempo, e criamos um visual totalmente novo, contando a história da família e deixando muitas páginas em branco para escrever novas receitas.



E para uma das datas mais esperadas pelos consumidores, "O Natal", nos apropriamos de uma frase muito usada nas redes para criar uma receita especial. Nessa época do ano, temos uma alta no uso da hashtag #tortadecimão, por conta das perguntas indelicadas da família. Criamos, então, uma torta bem doce e saborosa para escapar desse clima e, como a União sabe fazer muito bem, transformar qualquer momento em felicidade.



Tivemos uma promoção focada no PDV, em forma de Programa de Fidelidade, “Juntou, trocou União. Sabor que transforma”. O consumidor de São Paulo, ao comprar produtos União e se cadastrar na promoção, acumulava pontos e de acordo com a pontuação, poderia escolher os prêmios que desejava adquirir, como: icônicos livros de receitas de União, elaborado pela Cozinha Experimental, até outros prêmios, como aventais, panos de prato, potes de mantimentos e açucareiros.

Durante o ano, lançamos também a nova campanha do Café União, 'Essa Mensagem Poderia Ser um Café', que se apoia em uma realidade das rotinas atuais e convida as pessoas a transformarem interações virtuais em encontros presenciais. Ela ilustra que a melhor maneira de aproveitar um momento especial é transformando uma mensagem, um áudio ou um texto em um encontro promovido por Café União. A campanha esteve presente na mídia digital e mídias externas (OOH) nas regiões metropolitanas de SP e RJ. A campanha também contou com um time de influenciadores que trouxeram conteúdos em que o posicionamento se materializa, assim tangibilizando os encontros reais de forma a incentivar o público a promover os mesmos em suas próprias rotinas. Essas iniciativas não apenas aproximaram as pessoas, mas também reforçaram a ideia de que momentos compartilhados com um Café União têm o poder de transformar encontros em memórias inesquecíveis.



O lançamento do Café União Gourmet tem como objetivo de atender o paladar do consumidor que busca cafés com aroma e sabor sofisticados. A nova linha de produto possui três versões 100% arábica, e o nome das variantes são de acordo com os grãos de origem de regiões conhecidas por cafés de alta qualidade: Cerrado Mineiro com aroma marcante e notas de chocolate, caramelo e nozes; Mogiana Paulista, com aroma marcante e notas de chocolate, nozes e mel; e Sul de Minas, com aroma marcante e notas de chocolate e frutas.

União fortaleceu seu relacionamento com o público de profissionais de confeitaria e influenciadores do mesmo universo. A marca foi uma das patrocinadoras da mais cobiçada premiação do país: o Cake Awards 2024. No mês de abril, marcou presença na maior feira do segmento: a Mara Cakes Fair. Além do patrocínio do evento, a marca esteve com um stand instagramável, distribuição de doces e degustação de cafés. Além de ter também divulgado seu programa de responsabilidade social 'Doce Futuro'.

União fortaleceu seu relacionamento com o público de profissionais de confeitaria e influenciadores do mesmo universo. A marca foi uma das patrocinadoras da mais cobiçada premiação do país: o Cake Awards 2024. No mês de abril, marcou presença na maior feira do segmento: a Mara Cakes Fair. Além do patrocínio do evento, a marca esteve com um stand instagramável, distribuição de doces e degustação de cafés. Além de ter também divulgado seu programa de responsabilidade social 'Doce Futuro'.

Quer saber mais sobre as iniciativas da marca União? [Acesse o site da marca União.](#)

Coqueiro, o Peixe da Hora: A marca Coqueiro reforçou seu posicionamento “Coqueiro, o Peixe da Hora de Verdade” durante o ano de 2024. A campanha é uma evolução da campanha vigente desde 2022, “Coqueiro, o Peixe da Hora”, com um novo foco em trazer à tona as verdades relacionadas com o consumo de pescados enlatados. Para isso, a Coqueiro lançou 4 filmes, batizados de “Fake ou Verdade”, que são 100% veiculados no digital e ajudam a desmistificar situações, comentários, frases e pensamentos que são fakes, como por exemplo a ideia de que os pescados em conserva têm muitos conservantes. E tudo isso foi feito através um novo porta-voz: o Coqueirito. O novo mascote da marca, foi lançado junto com a nova campanha, e é o apresentador dos conteúdos. O Coqueirito foi criado com o objetivo de dar vida à logomarca de Coqueiro e ele sempre encerra as campanhas mergulhando na latinha, para reforçar que Coqueiro é peixe de verdade.



Reforçando sua presença no universo fitness, a marca em parceria com a SmartFit, desenvolveu uma ação intitulada Projeto Fishness, em que reforça o atum como fonte de proteína e uma ótima opção para o pós treino já que tem 30g de proteína por lata. Dentre as frentes da ativação, tivemos a distribuição de sampling nas principais unidades da rede de academias e veiculação de conteúdos nos principais formatos de visibilidade disponíveis nas unidades da rede.

Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Coqueiro? [Acesse o site da marca Coqueiro.](#)

Santa Amália, por uma Vida + Massa: A campanha reforçando o posicionamento foi o foco dos esforços de comunicação, investindo em TV, mídia exterior e fortemente no digital - em mídia programática, Youtube e nas redes sociais com editorias de conteúdo trabalhando a mineiridade e a tradição da marca, com produção de conteúdos próprios promovendo receitas e momentos +massa para todas as ocasiões de consumo.

Afim de garantir proximidade com o público, Investiu em ações com influenciadores com grande engajamento com os mineiros através do “Desafio da troca de Pratos” e do “Dia do Macarrão”, que contou com a participação da chef Ju Lima, que proporcionou junto à marca um dia de imersão no Mercado Distrital de Belo Horizonte (MG), encontrando ingredientes típicos da região para produzir pratos deliciosos com Santa Amália.



Em parceria com a influenciadora A Horizontina, a marca foi para as ruas de Belo Horizonte em uma ação em que a creator entrevistou os mineiros com perguntas relacionados ao “jeitinho mineiro de falar” que é característica marcante do sotaque da região. Com objetivo de reforçar a mineiridade da marca, a ação foi bem aceita pelo público gerando diversos comentários positivos nas publicações.

Como parte das comemorações de seus 70 anos, Santa Amália desenvolveu um conteúdo especial celebrando essa trajetória com muito sabor, reforçando ainda mais sua conexão com Minas Gerais e com os mineiros, que fizeram parte dessa história.

Além disso, a marca esteve presente no Festival de Comida e Gastronomia da roça na cidade de Gonçalves - MG, onde a Chef da marca Giulia Ayako cozinhou com grandes chefs da região. E no Fatura Nova Lima, que contou com a participação da chef Carol Fadel e do chef Lucas Canalis, tendo a cobertura do evento por influenciadores da região.

Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Santa Amália? [Acesse o site da marca Santa Amália.](#)

Mabel, pra se Sentir em Casa: A marca Mabel seguiu com a comunicação do seu posicionamento: “Mabel, Pra se sentir em casa”. Trabalhando com diferentes editorias e mesclando a voz da marca com a voz de influenciadores para a construção do seu conteúdo. A marca vem explorando quais são as principais coisas que nos trazem o sentimento confortável e aconchegante de estar em casa, mostrando ocasiões mais tradicionais como o café da tarde em família ou o café da manhã na cama, ou até discutindo elementos mais pessoais, como por exemplo: “Como você arruma a sua cozinha?”, “Como você fecha os seus pacotes de biscoitos?”, dentre outros.



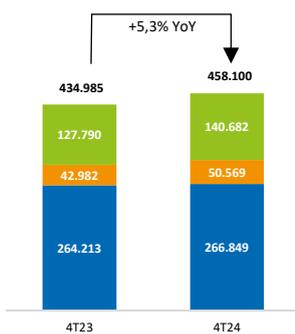
Durante o ano, a marca Mabel lançou uma ação de marca que foi um sucesso de repercussão. Trata-se da ação batizada de “Pra se sentir em casa, em qualquer lugar”, cuja ideia foi de “construir” um ponto de ônibus da marca no centro de Belo Horizonte (MG), para convidar os mineiros a esperarem o ônibus de uma forma mais confortável, aconchegante e acolhedora. O ponto de ônibus foi inspirado em uma sala de casa, com biscoitos e café servidos, e o influenciador Gustavo Tubarão foi o escolhido para abordar as pessoas nas ruas os convidando a se sentirem em casa com Mabel. A campanha foi apresentada através de uma série de vídeos que mostram como foram essas interações, e o objetivo da ação foi de mostrar, de uma forma visual, o sentimento que uma mordida do biscoito Mabel pode provocar, de ser teletransportando (nesse caso, literalmente), para um espaço como se fosse sua casa.

Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Mabel? [Acesse o Instagram da marca Mabel.](#)

Desempenho Operacional

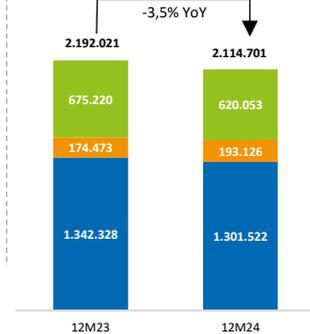
Evolução Volume (k ton)

Volumes 4T24 vs. 4T23 (k ton)



Fonte: Companhia

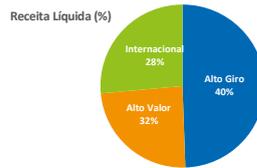
Volumes 2024 vs. 2023 (k ton)



Fonte: Companhia

Representatividade por Categoria (%)

Representatividade 4T24 (%)



Fonte: Companhia

Representatividade 2024 (%)



Fonte: Companhia

Classificação por categoria: Alto Giro: categorias no Brasil de grãos (arroz, feijão e outros grãos) e açúcar; Alto Valor: categorias no Brasil de pescados enlatados, massas, biscoitos e café; Internacional: Uruguai, Chile, Peru e Equador.

O **volume consolidado cresceu +5,3%** no 4T24 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento de 1,0% no volume de alto giro no Brasil, com destaque para o crescimento de grãos, embora parcialmente compensado pela queda no volume de açúcar. A categoria de alto valor registrou aumento de +17,7% na comparação anual, com crescimento em todas as categorias. No mercado internacional, o volume aumentou +10,1% YoY, refletindo o maior nível de exportações no Uruguai no trimestre.

O **volume consolidado reduziu -3,5%** em 2024 na comparação anual, refletindo principalmente a redução de -1,5% no volume de alto giro, em função de menores volumes na categoria de açúcar, impactado por um cenário desafiador no varejo ao longo do ano. Em alto valor, registramos crescimento em todas as categorias, reforçando a capacidade da Companhia de fortalecer o crescimento das novas frentes de negócio. No mercado internacional, o volume de vendas caiu -8,2% YoY, devido a menores vendas no Uruguai, Chile e Peru.

Alto Giro



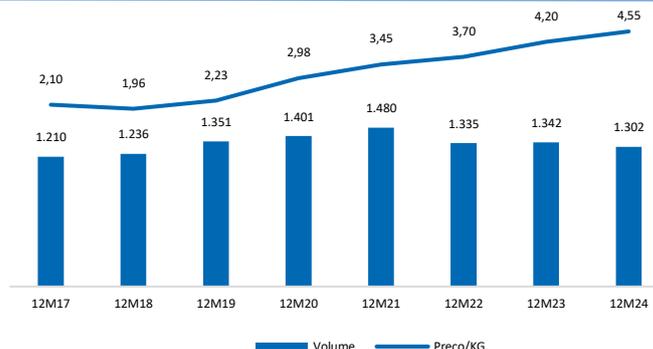
- Ⓒ **Volume:** 266,8 mil tons, +1,0% YoY no 4T24 e 1.301,5 mil tons, -3,0% YoY em 2024
- Ⓒ **Preço líquido:** R\$4,48/kg, -11,0% YoY no 4T24 e R\$4,55/kg, +8,1% YoY em 2024
- Ⓒ **Mix de vendas:** Crescimento do volume no 4T24 impulsionado por grãos e parcialmente compensado pela redução de açúcar. Queda de volumes em 2024, principalmente, por menores volumes em açúcar, devido ao cenário competitivo no varejo ao longo do ano.
- Ⓒ **Mercado²:** Arroz: R\$98,11/saca (-20,0% YoY) no 4T24 e R\$109,23/saca (+9,2% YoY) em 2024, **Feijão:** R\$205,79/saca (-33,6% YoY) 4T24 e R\$231,31/saca (-18,1% YoY) 2024. **Açúcar:** R\$153,49/saca (+3,9% YoY) 4T24 e R\$145,57/saca (+0,2% YoY) em 2024.

Alto Giro - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Giro - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

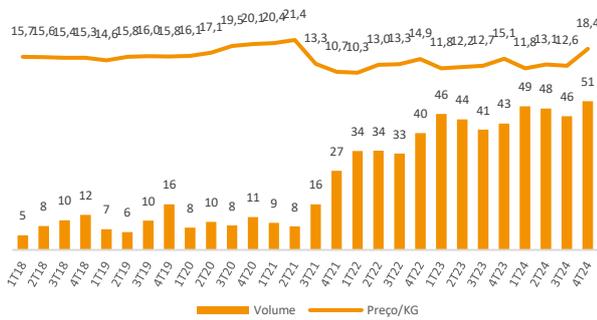
²Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg; Agrolink: indicador do feijão carioca Sc 60kg; CEPEA – indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

Alto Valor



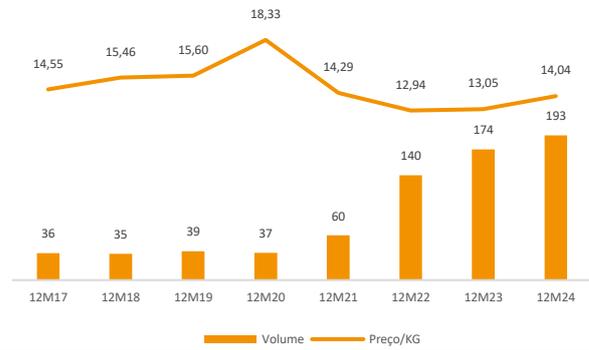
- ⊗ **Volume:** 50,6 mil tons, +17,7% YoY no 4T24 e 193,1 mil tons, +10,7% YoY em 2024
- ⊗ **Preço líquido:** R\$18,40/kg, +21,9% YoY no 4T24 e R\$14,04/kg, +8,8% YoY em 2024
- ⊗ **Mix de vendas:** Crescimento de volumes em pescados, massas, cafés e biscoitos no trimestre e no ano, reforçando nossa estratégia de crescimento nas operações de alto valor.
- ⊗ **Mercado³:** Trigo: R\$1.418,66/ton (+12,5% YoY) no 4T24 e R\$1.424,27/ton (+8,0% YoY) em 2024 e Café: R\$2.374,12,29/ton (+139,5% YoY) no 4T24 e R\$1.611,34/ton (+70,9% YoY) em 2024.

Alto Valor - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Valor - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Internacional

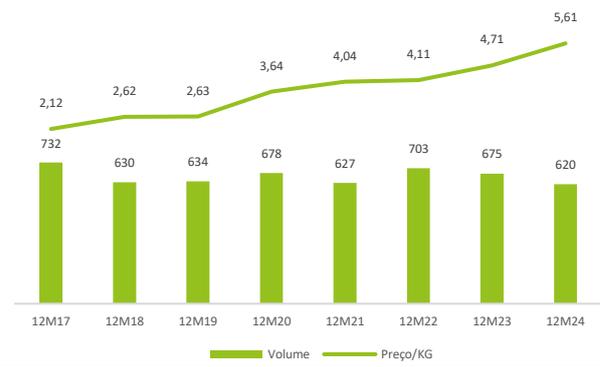
- ⊗ No segmento internacional, o volume de vendas atingiu 140,7 mil tons no 4T24 (+10,1% YoY) e 620,1 mil tons (-8,2% YoY) em 2024. No trimestre, o aumento foi devido a maiores níveis de exportações no Uruguai durante o período. No ano, a redução de volumes ocorreu devido aos menores níveis de volumes no Uruguai, Chile e Peru, parcialmente compensando por maiores volumes no Equador. O preço líquido da categoria foi de R\$6,50/kg, +16,6% YoY no 4T24 e R\$5,61/kg, +19,0% YoY em 2024.

Internacional - Evo. Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Internacional - Evolução Volume Anual (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

3 CEPEA; indicador do Trigo Esalq/Senar-PR; CEPEA Esalq; Indicador do Café Arábica

Demonstrações de Resultado Consolidado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T23	3T24	4T24	4T24	4T24	12M23	12M24	12M24vs
Data Fechamento	fev-24	nov-24	fev-25	VS 4T23	VS 3T24	fev-24	fev-25	12M23
Receita Bruta	3.129,0	3.555,0	3.463,3	10,7%	-2,6%	12.974,1	14.123,4	8,9%
(-) Deduções de Vendas	(446,7)	(450,4)	(466,1)	4,3%	3,5%	(1.724,5)	(1.860,5)	7,9%
Receita Líquida	2.682,3	3.104,6	2.997,1	11,7%	-3,5%	11.249,6	12.262,9	9,0%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(2.109,8)	(2.570,4)	(2.465,7)	16,9%	-4,1%	(8.973,7)	(9.873,0)	10,0%
Lucro Bruto	572,6	534,2	531,5	-7,2%	-0,5%	2.276,0	2.389,9	5,0%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(386,7)	(447,3)	(438,4)	13,4%	-2,0%	(1.682,2)	(1.803,1)	7,2%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	2,4	16,1	33,7	1286,4%	109,1%	58,3	54,1	-7,2%
Lucro Operacional (EBIT)	188,3	103,1	126,8	-32,6%	23,1%	652,1	641,0	-1,7%
(+/-) Resultado Financeiro	(100,6)	(115,2)	(161,0)	60,1%	39,8%	(423,7)	(464,4)	9,6%
Resultado antes Impostos	87,7	(12,2)	(34,2)	n.a.	181,3%	228,4	176,6	-22,7%
Total Imposto de Renda / CSLL	18,9	56,5	9,6	-49,3%	-83,0%	132,1	40,4	-69,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	106,6	44,4	(24,6)	n.a.	n.a.	360,5	217,0	-39,8%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	106,6	44,4	(24,6)	n.a.	n.a.	360,5	217,0	-39,8%
(-) Resultado Financeiro Líquido	100,6	115,2	161,0	60,1%	39,8%	423,7	464,4	9,6%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(18,9)	(56,5)	(9,6)	-49,3%	-83,0%	(132,1)	(40,4)	-69,4%
(-) Depreciação e Amortização	65,5	68,3	67,0	2,3%	-1,8%	261,9	266,3	1,7%
(=) EBITDA	253,8	171,3	193,9	-23,6%	13,1%	914,0	907,3	-0,7%
Margens								
Margem Bruta	21,3%	17,2%	17,7%	-3,6pp	0,5pp	20,2%	19,5%	-0,7pp
Margem EBITDA	9,5%	5,5%	6,5%	-3,0pp	0,9pp	8,1%	7,4%	-0,7pp
Margem Líquida	4,0%	1,4%	(0,8%)	-4,8pp	-2,3pp	3,2%	1,8%	-1,4pp

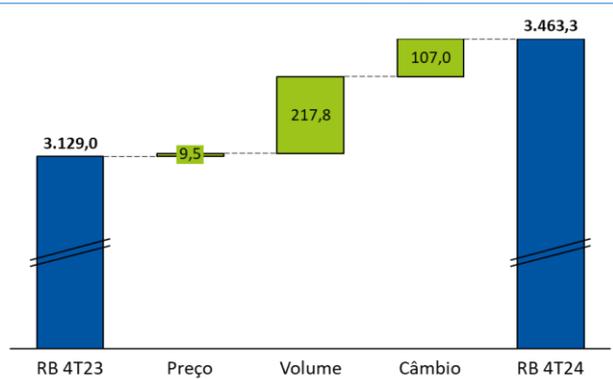
Demonstrações de Resultado por Segmento

Brasil	4T23	3T24	4T24	4T24	4T24	12M23	12M24	12M24vs
Data Fechamento	fev-24	nov-24	fev-25	VS 4T23	VS 3T24	fev-24	fev-25	12M23
Receita Líquida	2.101,2	2.194,4	2.174,9	3,5%	-0,9%	8.391,7	8.914,5	6,2%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.666,6)	(1.853,2)	(1.827,5)	9,7%	-1,4%	(6.768,4)	(7.287,1)	7,7%
Lucro Bruto	434,6	341,2	347,3	-20,1%	1,8%	1.623,3	1.627,4	0,3%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(280,8)	(321,2)	(297,7)	6,0%	-7,3%	(1.206,4)	(1.269,1)	5,2%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	3,8	16,1	36,7	869,7%	128,0%	50,4	53,4	6,0%
Lucro Operacional (EBIT)	157,5	36,1	86,3	-45,2%	139,2%	467,2	411,8	-11,9%
(+/-) Resultado Financeiro	(90,5)	(92,7)	(142,2)	57,1%	53,4%	(383,5)	(400,2)	4,4%
Resultado antes Impostos	67,0	(56,6)	(55,8)	n.a.	-1,4%	83,7	11,5	-86,2%
Total Imposto de Renda / CSLL	9,1	71,2	11,6	26,9%	-83,7%	139,4	71,3	-48,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	76,1	14,6	(44,2)	n.a.	n.a.	223,1	82,8	-62,9%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	76,1	14,6	(44,2)	n.a.	n.a.	223,1	82,8	-62,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	90,5	92,7	142,2	57,1%	53,4%	383,5	400,2	4,4%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(9,1)	(71,2)	(11,6)	26,9%	-83,7%	(139,4)	(71,3)	-48,9%
(+) Depreciação e Amortização	47,5	45,9	44,4	-6,6%	-3,4%	195,7	181,0	-7,5%
(=) EBITDA	205,0	82,0	130,7	-36,2%	59,4%	662,9	592,8	-10,6%
Margens								
Margem Bruta	20,7%	15,5%	16,0%	0,4pp	-4,7pp	19,3%	18,3%	-1,1pp
Margem EBITDA	9,8%	3,7%	6,0%	2,3pp	-3,7pp	7,9%	6,6%	-1,2pp
Margem Líquida	3,6%	0,7%	(2,0%)	-2,7pp	-5,7pp	2,7%	0,9%	-1,7pp
Internacional	4T23	3T24	4T24	4T24	4T24	12M23	12M24	12M24vs
Data Fechamento	fev-24	nov-24	fev-25	VS 4T23	VS 3T24	fev-24	fev-25	12M23
Receita Líquida	581,2	910,3	822,3	41,5%	-9,7%	2.858,0	3.348,4	17,2%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(443,1)	(717,2)	(638,1)	44,0%	-11,0%	(2.205,3)	(2.585,9)	17,3%
Lucro Bruto	138,0	193,0	184,1	33,4%	-4,6%	652,7	762,5	16,8%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(105,9)	(126,1)	(140,6)	32,9%	11,6%	(475,8)	(534,0)	12,2%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	(1,4)	0,0	(3,0)	121,5%	n.a.	8,0	0,7	-90,7%
Lucro Operacional (EBIT)	30,8	67,0	40,5	31,4%	-39,5%	184,9	229,2	24,0%
(+/-) Resultado Financeiro	(10,1)	(22,6)	(18,9)	87,0%	-16,2%	(40,2)	(64,1)	59,5%
Resultado antes Impostos	20,7	44,4	21,6	4,3%	-51,4%	144,7	165,1	14,1%
(+/-) Total Imposto de Renda / CSLL	9,8	(14,6)	(2,0)	n.a.	-86,4%	(7,3)	(30,9)	320,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	30,5	29,8	19,6	-35,7%	-34,2%	137,4	134,2	-2,3%
Reconciliação EBITDA								
Lucro/Prejuízo Líquido	30,5	29,8	19,6	-35,7%	-34,2%	137,4	134,2	-2,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	10,1	22,6	18,9	87,0%	-16,2%	40,2	64,1	59,5%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(9,8)	14,6	2,0	n.a.	-86,4%	7,3	30,9	320,9%
(+) Depreciação e Amortização	18,1	22,4	22,7	25,5%	1,3%	66,3	85,2	28,7%
(=) EBITDA	48,9	89,4	63,2	29,2%	-29,3%	251,2	314,5	25,2%
Margens								
Margem Bruta	23,8%	21,2%	22,4%	1,2pp	-1,4pp	22,8%	22,8%	-0,1pp
Margem EBITDA	8,4%	9,8%	7,7%	-2,1pp	-0,7pp	8,8%	9,4%	0,6pp
Margem Líquida	5,2%	3,3%	2,4%	-0,9pp	-2,9pp	4,8%	4,0%	-0,8pp

Desempenho Financeiro

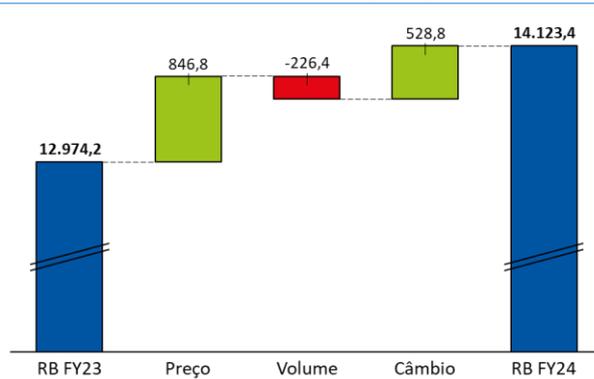
Destaques do Desempenho Financeiro

Consolidado 4T24: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

Consolidado 2024: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

A **Receita Bruta** atingiu **R\$3,5 bilhões no trimestre (+10,7% YoY)** e recorde de **R\$14,1 bilhões no ano (+8,9% YoY)**. No trimestre, o crescimento da receita foi impulsionado pelo aumento de volumes no alto valor, com crescimento em todas as categorias, variação cambial e no internacional pelo crescimento da receita no Uruguai, Chile, Peru e Equador. No ano o crescimento da receita foi impulsionado pela dinâmica de preços elevados principalmente em arroz e cafés, além de uma sólida performance no segmento internacional e pela variação cambial. Os detalhes operacionais por categoria estão descritos acima em **desempenho operacional**.

A **Receita Líquida** atingiu **R\$3,0 bilhões no trimestre (+11,7% YoY)** e **R\$12,3 bilhões no ano (+9,0% YoY)**.

Custo das Vendas e Serviços

Os **Custos das Vendas e Serviços do trimestre** atingiram **R\$2,5 bilhões (+16,9% YoY)**, ou **82% da receita líquida**, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+9,2% YoY), impulsionado pelo crescimento do CPV do alto valor em todas as categorias, principalmente em café. No internacional, o CPV apresentou um crescimento de +27,2% YoY, impulsionado pelo crescimento do CPV no Uruguai e Chile.

Em 2024, o **CPV** atingiu **R\$9,9 bilhões (+10,0% YoY)**, ou **81% da receita líquida**, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+7,1% YoY) no alto giro, em grãos, e no alto valor em todas as categorias, principalmente, em café e pescados. No internacional, o CPV apresentou crescimento de +17,3% YoY, impulsionado pelo aumento em todos os países.

Levando em consideração esses fatores, o **Lucro Bruto** atingiu **R\$531,5 milhões (-7,2% YoY)** com **margem de 17,7% (-3,6pp YoY)** no 4T24. No ano de 2024, o mesmo indicador atingiu **R\$2,4 bilhões (+5,0% YoY)** com **margem de 19,5% (-0,7pp YoY)**.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

O **SG&A (despesas com vendas, gerais e administrativas)** no trimestre atingiu **R\$438,3 milhões (+13,3% YoY)**, equivalente a **14,6% da receita líquida (+0,2pp YoY)**. O aumento ocorreu pelo crescimento no **SG&A Brasil (+6,0% YoY)**, principalmente em função de despesas com fretes e pessoal. **No internacional, o SG&A atingiu R\$140,6 milhões (+32,9% YoY)**, sendo os principais aumentos do Uruguai e Chile.

No ano de 2024, o **SG&A** atingiu **R\$1,8 bilhão (+7,2% YoY)**, equivalente a **14,7% da receita líquida (-0,3pp YoY)**. O **crescimento** ocorreu, principalmente, pelo aumento de **SG&A no Brasil (+5,2% YoY)**, com maiores despesas com fretes, pessoal, manutenção e serviços de terceiros. Observamos também um aumento no **SG&A internacional (+12,2% YoY)**, em função de maiores despesas com vendas no Uruguai, Chile e Equador.

Vale destacar que a Companhia tem realizado planos de otimização e revisão de despesas, visando maior eficiência e a identificação de novas sinergias entre nossas operações.

Despesas com Vendas

As **despesas com vendas no trimestre** atingiram **R\$295,2 milhões (+18,8% YoY)**, ou **9,8% da receita líquida do trimestre** devido, principalmente, a:

- As despesas com vendas do **Brasil** apresentaram **aumento de +11,9% YoY, representando 9,0% da receita líquida do Brasil**. A variação foi impulsionada por maiores despesas com fretes e propagandas, devido a maiores volumes de vendas de grãos no alto giro e do alto valor.
- As despesas com vendas do **Internacional** apresentaram **aumento de +35,4% YoY, representando 12,1% da receita líquida Internacional**. Esse resultado se deu em função de maiores volumes de vendas no Uruguai, Chile e Equador e efeito câmbio.

As **despesas com vendas no ano** atingiram **R\$1,2 bilhão (+8,9% YoY)**, ou **9,7% da receita líquida do ano**, devido, principalmente, a:

- As despesas com vendas do **Brasil** apresentaram **aumento (+8,1% YoY), representando 9,1% da receita líquida do Brasil**. A variação foi impulsionada por maiores despesas com fretes e propagandas.
- As despesas com vendas do **Internacional** apresentaram **aumento de (+10,8% YoY), representando 11,4% da receita líquida do internacional**. A variação foi impulsionada por maiores despesas com vendas no Uruguai e Equador e efeito câmbio.

Despesas Gerais e Administrativas

As **despesas gerais e administrativas no trimestre** atingiram **R\$143,1 milhões (+3,5% YoY)**, ou **4,8% da receita líquida do trimestre**.

- As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram queda de **-3,8% YoY, representando 4,7% da receita líquida do Brasil**, principalmente, em função da redução de provisão para devedores duvidosos e redução de gastos de fabricação e material de manutenção, parcialmente compensado pelo aumento nas despesas de pessoal.
- As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **aumento de +27,2% YoY, ou 5,0% da receita líquida do trimestre**, principalmente decorrente do incremento de G&A no Uruguai, Chile e Equador.

As **despesas gerais e administrativas no ano** totalizaram **R\$609,1 milhões (+3,9% YoY)**, ou **5,0% da receita líquida do ano**.

- As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram aumento de **+0,4% YoY, representando 5,1% da receita líquida do Brasil**, principalmente, em função do aumento nos serviços de terceiros, como secagem e armazenagem, manutenção de equipamentos, TI, viagens e despesas com pessoal.

É importante ressaltar que, **no 3T24, ocorreram apurações não recorrentes que totalizam uma despesa de R\$34,9 milhões no G&A**, incluindo multas de rescisões contratuais de fornecedores, contingências e processos judiciais.

- As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **aumento de +16,1% YoY, ou 4,6% da receita líquida do internacional** no ano, principalmente decorrente do incremento de G&A no Uruguai, Chile e Equador.

Outras receitas (despesas) operacionais

As **outras receitas/despesas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) **atingiram R\$36,5 milhões positivos no trimestre** (vs. R\$3,7 milhões positivos no 4T23) e **R\$58,3 milhões positivos** em 2024 (vs. R\$57,2 milhões positivos em 2023).

No trimestre, o resultado ocorreu, principalmente, devido a receitas não recorrentes de R\$33,4 milhões, com recuperação de créditos tributários referentes a contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas, reconhecimento de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e indenizações contratuais referentes a passivos tributários da Mabel.

No ano, o resultado de outras receitas operacionais ocorreu, principalmente, devido a receitas não recorrentes de R\$43,8 milhões, referentes a R\$33,4 milhões registrados no 4T24, conforme explicado acima, e R\$10,4 milhões no 3T24 referentes a atualização monetária sobre os impostos pagos, após discussão do direito à repetição dos montantes de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS que incidiram sobre os valores correspondentes à taxa Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos anos.

EBITDA

O EBITDA do **trimestre** atingiu **R\$193,9 milhões (-23,6% YoY)** com **margem de 6,5% (-3,0p.p. YoY)**. Em 2024, o EBITDA atingiu **R\$907,3 milhões (-0,7% YoY)** com **margem de 7,4% (-0,7p.p. YoY)**.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de **R\$161,0 milhões (+60,1% YoY)** no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu despesa de **R\$464,4 milhões (+9,6% YoY)**. Em ambos os períodos, as variações se justificam principalmente, pelos juros sobre financiamentos com aumento da taxa de juros no período.

Imposto de Renda e CSLL

Imposto de Renda e CSLL apresentou resultado de **R\$9,6 milhões positivos** no 4T24 (vs. R\$18,9 milhões positivos no 4T23). No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$40,3 milhões positivos** (vs. R\$132,1 milhões positivos em 2023). As principais exclusões e adições para gerar a alteração na alíquota de tributos são referentes a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), subvenções de ICMS e de benefícios fiscais no Uruguai.

Lucro/Prejuízo Líquido e Lucro por Ação

Prejuízo Líquido atingiu **R\$24,6 milhões**, ou -R\$0,07 por ação no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$217,0 milhões (-39,8% YoY)** com **margem de 1,8%** e lucro por ação de R\$0,62.

Política de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

Estrutura Acionária

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia possuía capital social total composto por 350 milhões de ações, sendo 95,8 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 27% do capital total, e 8.928.768 ações em tesouraria.

Performance Acionária

Em 28 de fevereiro de 2025, as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$3,49/ação com *market cap* de R\$1,22 bilhões. O volume médio diário de negociação do trimestre foi de 1,5 milhões ações, ou aproximadamente R\$7,25 milhões/dia.

Relações com Investidores

As requisições para a equipe de Relações com Investidores podem ser realizadas por meio do site (<http://ri.camilalimentos.com.br/>) ou e-mail (ri@camil.com.br).

^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

Relacionamento com os auditores independentes

O Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No que se refere aos procedimentos adotados pela Companhia, cumpre-nos esclarecer que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação do seu Comitê de Auditoria. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que: (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência; (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras; (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da PwC, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência; (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 80/22, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2025.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados relativos aos trimestres, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados pelos auditores independentes, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório dos Auditores Independentes da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. emitido, sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., bem como autorizam a sua publicação.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

Luciano Maggi Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas

Diretor Financeiro e DRI



Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”, “Comitê de Auditoria” ou “Comitê”) da Camil Alimentos S.A. (“Companhia”), é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de junho de 2020, com a função de assessorar referido órgão da administração, nos termos Resolução CVM nº 23/2021e nos Resolução CVM nº 80/2021 e demais regulamentações aplicáveis.

O Comitê de Auditoria possui um Regimento Interno, aprovado na Reunião do Conselho de Administração, o qual tem por finalidade estabelecer normas e definir as responsabilidades e atribuições para o funcionamento do Comitê de Auditoria da Companhia, observados o Estatuto Social da Companhia, a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada em vigor (“Lei das S.A.”), as demais regulamentações aplicáveis, bem como as melhores práticas de governança corporativa (“Regimento Interno”).

Atualmente, o Comitê de Auditoria é formado por 3 (três) membros, todos independentes, e eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê, atende aos requisitos de reconhecida experiência em contabilidade societária e finanças, o Sr. Marcelo Marcondes Leite de Souza como membro efetivo do Comitê de Auditoria na Companhia, e, o Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi atua como membro independente do Conselho de Administração. Cabe ressaltar que nenhum membro do Comitê participa da Diretoria da Companhia.

1. Atividades Comitê – Exercício 2024/2025

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2024 e fevereiro de 2025, o Comitê reuniu-se em 10 (dez) vezes, em sessões ordinárias e extraordinárias. Além da participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral da Companhia, ele também participou de 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração e quando convocado. Ainda, o Comitê de Auditoria também participou de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para discussão dos principais temas de sua competência acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a ordem do dia, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.



1.1 Principais Assuntos

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Internos e Independentes, com os Diretores da Companhia e demais estruturas de controles, como as áreas Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, a fim de realizar o entendimento e avaliação dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia. Os principais temas discutidos nas reuniões foram:

Governança Corporativa

- Análise e discussão das informações de atualização do Formulário de Referência, especialmente as relacionadas aos tópicos de “fatores de riscos” e “gerenciamento de riscos e controles internos”;
- Ciência e acompanhamento do orçamento e dimensionamento das estruturas de Governança Corporativa (Gerência de Auditoria Interna e Comitê de Auditoria);
- Discussão e recomendação de abordagens e metodologias de governança corporativa adotadas pela Companhia, como Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Análise aderência de documentos normativos emitidos pela Companhia aos exigidos pelo mercado para empresa de capital aberto (conforme regulamento do Novo Mercado – B3) e aos recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e

Auditoria Interna

- Avaliação e validação do Plano Anual da Auditoria Interna;
- Análise e discussão dos relatórios de auditoria interna emitidos no período;
- Monitoramento da implementação de pontos de auditoria interna; e,
- Recomendação ao Conselho de Administração, que, por sua vez, encaminhou solicitou à Administração, resultando na aprovação da reestruturação da área, com aumento do número de profissionais dedicados aos trabalhos de Auditoria Interna, incluindo a terceirização de parte das atividades, atualmente executadas pela consultoria KPMG.

Auditor Independente

- Análise e discussão do planejamento dos trabalhos a serem executados pelo auditor independente ao longo do período;
- Discussão e recomendação para aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anual, incluindo os respectivos pareceres da auditoria independente;
- Análise e discussão dos relatórios emitidos pelo Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e de recomendações (“carta de recomendações”);
- Prévia análise, discussão e eventual recomendação sobre a execução de serviços extra auditoria pelo Auditor Independente (avaliações de independência visando evitar situações de conflitos de interesse); e



- Solicitação à auditoria independente o aporte de ferramentas digitais para a análise de dados das Demonstrações Financeiras, cuja implementação resultou em maior assertividade nos trabalhos de auditoria, bem como em maior confiabilidade para as análises e deliberações dos órgãos de Governança Corporativa da Companhia.

Gestão de Riscos e Controles Internos

- Avaliação e validação dos planejamentos anuais dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (elaboração e execução);
- Análise e discussão dos riscos críticos e/ou emergentes vislumbrados para o período, compondo os riscos prioritários para gestão pela Companhia (“*risk assessment*”);
- Análise, discussão e monitoramento dos processos de gestão e formalização de riscos prioritários e controles-chaves, através das matrizes de riscos e controles e
- Análise e discussão sobre o processo de emissão e gestão de documentos normativos, especialmente “políticas”.

Compliance

- Avaliação e validação do planejamento anual dos trabalhos da área Compliance (elaboração e execução);
- Análise, discussão e monitoramento de aplicação do Código de Ética e condução do Canal de Ética (gestão e apuração de denúncias);
- Monitoramento do Programa de Privacidade da Companhia (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais -“LGPD”) e
- Monitoramento da implementação do Programa de Integridade da Companhia.

Tecnologia da Informação (TI)

- Avaliação do ambiente geral de controles de TI (“ITCG”) e planos de ação para mitigação de níveis de exposição aos riscos e
- Análise e discussão de riscos específicos de TI, como os de continuidade operacional e segurança da informação.

Outros Temas

- Acompanhamento dos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas fusões e aquisições (M&A);
- Acompanhamento de compromissos contratuais de financiamento ou empréstimos firmados pela Companhia (*covenants*), especialmente aos vinculados ao nível de endividamento / alavancagem e



- Acompanhamento das atividades da área Jurídica (trabalhista, tributárias dentre outras), especialmente aquelas com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade.

2. Auditor Independente

O auditor independente da Companhia é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (“PWC”), responsáveis pelo exame e emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões.

O Comitê mantém com a PWC um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. No período de março de 2024 a fevereiro de 2025, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando tempestivamente sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Por fim, reuniu-se com a PWC, tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes, deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

3. Auditoria Interna

A Companhia dispõe de uma área de Auditoria Interna (Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos e Compliance – “Gerência de Auditoria Interna”), a qual está estruturalmente vinculada à Diretoria Financeira, e funcionalmente se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. A estrutura de Auditoria Interna adotada pela Companhia permite que a área desenvolva suas funções de forma ampla e independente.

O Comitê de Auditoria, conforme suas atribuições, supervisionou as atividades realizadas pela Gerência de Auditoria Interna e aferiu a qualidade e a efetividade da área na avaliação dos processos gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, através da elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna.



4. Recomendações

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2024 e fevereiro de 2025, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

São Paulo - SP, 08 de maio de 2025.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ

Coordenador do Comitê

MARCELO MARCONDES LEITE DE SOUZA

Membro do Comitê

PIERO PAOLO PICCHIONI MINARDI

Membro do Comitê

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ nº 64.904.295/0001-03
NIRE 35.300.146.735
Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DA CAMIL ALIMENTOS S.A. (“COMPANHIA”)

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam à análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à deliberação dos acionistas da companhia em Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei 6.404/76 e a regulamentação aplicável.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Coordenador

Marcelo Marcondes Leite de Souza

Piero Paolo Picchioni Minardi



CAMIL ALIMENTOS S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35300146735
CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CAMIL ALIMENTOS S.A. (“COMPANHIA”)

O Conselho Fiscal da Companhia, em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76 e a regulamentação aplicável, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e do Relatório Anual da Administração da Companhia.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia, por meio de suas reuniões com representantes da Administração e Auditores Independentes.

CONCLUSÃO: Com base nesses trabalhos, evidências e no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., apresentado sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentados e refletem a situação patrimonial da Companhia e estão aptos a serem apreciados pelos acionistas da Companhia em deliberação na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 08 de maio de 2025.

Maria Elena Cardoso Figueira
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Conselheiro Fiscal

Marcos Silveira
Conselheiro Fiscal

www.pwc.com.br

Camil Alimentos S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
28 de fevereiro de 2025
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Camil Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 28 de fevereiro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

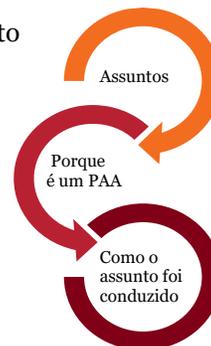
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 28 de fevereiro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Camil Alimentos S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Projeções utilizadas na avaliação da redução ao valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.18, 9 e 11)

A Companhia mantém registrado em seu ativo intangível no Consolidado, valores pagos por marcas e patentes adquiridas, no montante de R\$ 622.660 mil (R\$ 379.429 mil na Controladora), e ágios fundamentados em sinergia e em expectativa de rentabilidade futura, no montante de R\$ 431.459 mil, no Consolidado (R\$ 185.152 mil na Controladora), ambos oriundos de combinação de negócios.

A Companhia efetuou o teste do valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de crescimento e a taxa de desconto.

Mantivemos esse assunto como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição das unidades geradoras de caixa.

Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência dos modelos de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e taxas de desconto, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, considerando o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.

Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.

Revisamos análise de sensibilidade elaborada pela Companhia para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados, a metodologia de avaliação do valor recuperável, assim como as divulgações efetuadas sobre o tema, estão consistentes com as evidências obtidas por nós.

Avaliação e divulgação dos riscos tributários e fiscais (Notas 2.8.1, 2.19, 17.2 e 19)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos administrativos e judiciais de

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles



Camil Alimentos S.A.

Porque é um PAA

natureza tributária. Em 28 de fevereiro de 2025, contingências classificadas como perdas possíveis e tratamentos tributários incertos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, totalizam a R\$ 959.544 mil no Consolidado e a R\$ 952.466 mil na Controladora.

A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos externos, estima os possíveis desfechos e impactos para esses diversos assuntos e constitui provisão para os casos considerados como sendo provável a saída futura de caixa.

Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, onde a avaliação legal conclui ser provável que a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia e suas controladas nas suas respectivas apurações corrente e passadas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia e suas controladas não contabilizam os valores envolvidos, porém divulgam as circunstâncias em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A determinação quanto as probabilidades de perda e seus respectivos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais. Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas e premissas que influenciam a determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Por isso, mantivemos essa área como umas das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

internos estabelecidos pela administração para identificar, mensurar, registrar e divulgar provisões e tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, bem como acompanhar o progresso dos processos judiciais e das correspondentes jurisprudências.

Obtivemos confirmação direta de determinados assessores jurídicos externos e internos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.

Para as causas mais significativas, com o apoio de nossos especialistas legais, discutimos com a administração a razoabilidade do prognóstico de perda e, para as incertezas tributárias de Imposto de Renda, a concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia e suas controladas.

Por amostragem, testamos os cálculos dos valores envolvidos e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as documentações-suporte, bem como com as normas contábeis aplicáveis. Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões e divulgações efetuadas estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Controles gerais de tecnologia da informação

A Companhia e suas controladas no Brasil operam um volume significativo de transações e em diferentes naturezas de negócio, requerendo um

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:



Camil Alimentos S.A.

Porque é um PAA

ambiente robusto de controles de tecnologia da informação para que o funcionamento apropriado das suas estruturas de tecnologia e sistemas.

Definimos este assunto como área de foco em nossa auditoria, uma vez que a avaliação da efetividade destas estruturas de tecnologia é determinante no processo de auditoria e na definição da abordagem pretendida para obtenção de evidências necessárias, uma vez que sistemas podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações e, conseqüentemente, resultar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Entendimento dos sistemas de informação que são importantes para a produção de relatórios financeiros, assim como dos principais controles de conciliação de saldos e processos da Administração.
- Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação implementados pela Companhia, para as dimensões e processos relevantes que suportam as operações em escopo de auditoria e preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Acompanhamento das ações planejadas e implementadas pela Administração no aprimoramento do ambiente de controles internos para tecnologia da informação.
- Avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia e suas controladas no Brasil.
- Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para auxílio na execução desses procedimentos. Identificamos deficiências nos controles sobre a dimensão de acesso à programas e dados, assim como segregação de funções. Considerando que nossa abordagem de auditoria planejada não depositava confiança no ambiente de geral de tecnologia das operações do Brasil, não foi necessário alterar nossa abordagem de auditoria planejada.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as



Camil Alimentos S.A.

demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada



Camil Alimentos S.A.

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Camil Alimentos S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Renato Barbosa Postal
Assinado por: RENATO BARBOSA POSTAL, 13704189841
CPF: 13704189841
Data/Hora de Assinatura: 08 May 2025 | 22:13 BRT
ICP-Brasil, OIO, Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C-09
Emissor: JC SERASA RFB S/A

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de
fevereiro de 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Controladora		Consolidado		
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.158.568	2.455.936	2.530.204	2.800.256
Aplicações financeiras	5	-	-	1.740	-
Contas a receber	6	691.379	960.982	1.153.993	1.359.367
Estoques	7	1.269.544	1.283.738	2.212.803	1.919.767
Instrumentos financeiros	24	1.324	-	1.324	-
Tributos a recuperar	8	82.778	83.478	208.196	203.758
Partes relacionadas	16	21.844	3.391	50.476	18.348
Outros créditos		25.267	30.080	51.654	49.218
Total do ativo circulante		4.250.704	4.817.605	6.210.390	6.350.714
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	13.728	13.698	15.032	14.941
Tributos a recuperar	8	103.940	103.306	105.401	104.206
Tributos diferidos	19	29.161	-	141.822	89.766
Partes relacionadas	16	5	-	198.263	32.342
Estoques	7	34.655	27.000	65.501	54.218
Depósitos judiciais	17.1	9.003	10.513	43.139	39.544
Ativo de indenização	17.1	-	-	271.461	306.355
Outros créditos		8.546	10.527	12.755	13.895
		199.038	165.044	853.374	655.267
Propriedades para investimentos	10.1	27.873	27.873	27.873	27.873
Investimentos	9	2.551.329	2.018.378	91.729	49.292
Imobilizado	10	1.314.678	1.217.497	2.512.811	2.180.837
Intangível	11	605.945	606.982	1.155.976	1.104.587
Ativo de direito de uso	12	169.177	133.765	254.442	252.788
		4.669.002	4.004.495	4.042.831	3.615.377
Total do ativo não circulante		4.868.040	4.169.539	4.896.205	4.270.644
Total do ativo		9.118.744	8.987.144	11.106.595	10.621.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de
fevereiro de 2024
(Em milhares de reais)



Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	
Circulante					
Fornecedores	13	777.606	581.235	1.284.829	945.658
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.721.067	1.439.681	2.110.647	1.669.005
Instrumentos Financeiros	24	-	34	-	34
Passivo de arrendamento	12	42.665	35.412	49.017	48.262
Adiantamento de clientes		29.731	16.314	51.365	27.221
Partes relacionadas	16	49.432	84.608	21.647	22.922
Obrigações sociais		37.485	42.712	71.583	72.531
Juros sobre capital próprio a pagar	18.e	5.360	5.281	5.360	5.281
Tributos a recolher		30.883	9.633	73.754	36.961
Provisão para férias, 13º salário e encargos		42.083	40.702	54.943	53.702
Dividendos a pagar	18.e	1.693	1.668	1.693	1.668
Contas a pagar aquisição de investimentos	14	6.724	11.768	9.269	15.036
Outras contas a pagar		13.684	10.529	47.882	47.082
Total do passivo circulante		2.758.413	2.279.577	3.781.989	2.945.363
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.656.018	3.377.057	3.127.027	3.817.029
Passivo de arrendamento	12	136.189	111.073	226.053	219.998
Tributos diferidos	19	-	34.917	43.052	71.396
Provisão para demandas judiciais	17.1	64.450	35.910	345.399	356.071
Contas a pagar aquisição de investimentos	14	34.758	48.914	88.607	90.220
Passivo à descoberto em controlada	9	4.639	5.916	-	-
Outras contas a pagar		6.955	6.680	36.878	33.935
Total do passivo não circulante		2.903.009	3.620.467	3.867.016	4.588.649
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	950.374	950.374	950.374	950.374
(-) Gastos com emissão de Ações		(12.380)	(12.380)	(12.380)	(12.380)
(-) Ações em tesouraria		(68.516)	(68.516)	(68.516)	(68.516)
Reservas de capital		4.633	1.500	4.633	1.500
Reservas de lucros		1.871.833	1.754.883	1.871.833	1.754.883
Outros resultados abrangentes		711.378	461.239	711.378	461.239
Patrimônio líquido de acionistas controladores		3.457.322	3.087.100	3.457.322	3.087.100
Participação de acionistas não controladores		-	-	268	246
Total do patrimônio líquido		3.457.322	3.087.100	3.457.590	3.087.346
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.118.744	8.987.144	11.106.595	10.621.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
		28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Receita líquida de vendas e serviços	20	8.940.351	8.406.203	12.262.939	11.249.647
Custos das vendas e serviços	21	(7.305.195)	(6.793.069)	(9.872.991)	(8.973.675)
Lucro bruto		1.635.156	1.613.134	2.389.948	2.275.972
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(812.340)	(748.909)	(1.193.881)	(1.096.006)
Despesas gerais e administrativas	21	(445.509)	(438.814)	(609.193)	(586.185)
Equivalência patrimonial		148.828	217.183	(4.166)	1.083
Outras receitas operacionais, líquidas		46.645	41.476	58.291	57.234
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		572.780	684.070	640.999	652.098
Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	23	(622.911)	(557.606)	(722.942)	(623.327)
Receitas financeiras	23	204.509	170.914	236.765	200.653
Instrumentos financeiros derivativos	23	27.982	(10.516)	27.982	(10.516)
Variação cambial	23	(9.818)	2.890	(6.172)	9.460
		(400.238)	(394.318)	(464.367)	(423.730)
Resultado antes dos impostos		172.542	289.752	176.632	228.368
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	(21.284)	(3.798)	(45.519)	(16.421)
Diferido	19	65.692	74.383	85.888	148.514
		44.408	70.585	40.369	132.093
Lucro líquido do exercício		216.950	360.337	217.001	360.461
Lucro do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores		216.950	360.337	216.950	360.337
Acionistas não controladores		-	-	51	124
		216.950	360.337	217.001	360.461
Lucro líquido, básico por ação do capital social – R\$	18.b	0,6361	1,0445		
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social – R\$	18.b	0,6147	1,0187		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Lucro líquido do exercício	216.950	360.337	217.001	360.461
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	250.138	(89.638)	250.138	(89.638)
Resultado abrangente do exercício	467.088	270.699	467.139	270.823
Acionistas controladores da Companhia	467.088	270.699	467.088	270.699
Acionistas não controladores da Companhia	-	-	51	124

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Reservas de lucros				Patrimônio líquido atribuível a:			
				Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva especial de ágio	Opções outorgadas	Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total
Saldos em 28 de fevereiro de 2023	950.374	(12.380)	(3.413)	-	220	18.968	120.055	1.108.304	266.187	-	550.878	2.999.193	229	2.999.422
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.474)	3.474	-	-	-	-
Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	(107)
Efeitos de combinação de negócios sob controle comum	-	-	-	(21.064)	-	-	-	-	-	-	-	(21.064)	-	(21.064)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(65.103)	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.103)	-	(65.103)
Opção de ações outorgadas	18.c	-	-	-	-	5.116	-	-	-	-	-	5.116	-	5.116
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	18.c	-	-	-	-	(1.740)	-	-	-	-	-	(1.740)	-	(1.740)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360.337	-	360.337	124	360.461
Variação cambial sobre investimentos no exterior	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.638)	(89.638)	-	(89.638)
Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	3.836	-	-	(3.836)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.d	-	-	-	-	-	-	283.616	-	(283.616)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	-	-	-	-	(23.641)	(70.359)	-	(94.000)	-	(94.000)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldos em 29 de fevereiro de 2024	950.374	(12.380)	(68.516)	(21.064)	220	22.344	123.891	1.391.920	239.072	-	461.240	3.087.101	246	3.087.347
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.540)	1.540	-	-	-	-
Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Opção de ações outorgadas	18.c	-	-	-	-	4.747	-	-	-	-	-	4.747	-	4.747
IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	18.c	-	-	-	-	(1.614)	-	-	-	-	-	(1.614)	-	(1.614)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216.950	-	216.950	51	217.001
Variação cambial sobre investimentos no exterior	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.138	250.138	-	250.138
Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	2.343	-	-	(2.343)	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.d	-	-	-	-	-	-	170.096	-	(170.096)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	18.e	-	-	-	-	-	-	-	(53.949)	(22.051)	-	(76.000)	-	(76.000)
Dividendos distribuídos	18.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.000)	-	(24.000)	-	(24.000)
Saldos em 28 de fevereiro de 2025	950.374	(12.380)	(68.516)	(21.064)	220	25.477	126.234	1.562.016	183.583	-	711.378	3.457.322	268	3.457.590

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre a renda e contribuição social	172.542	289.752	176.632	228.368
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(148.828)	(217.183)	4.166	(1.083)
Encargos financeiros provisionados	598.279	526.223	655.292	509.746
Juros provisionados - passivo de arrendamento	8.588	19.923	16.372	14.143
Perdas estimadas com créditos de realização duvidosa	5.293	12.557	4.826	7.442
Provisão (reversão) para descontos	9.069	(19.905)	9.068	(23.011)
Provisão para demandas judiciais	9.684	(8.906)	20.004	(5.501)
Provisão (reversão) de outros ativos e passivos	3.811	(6.067)	4.079	(4.981)
Depreciações	152.984	164.628	266.276	261.947
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	275	225	1.966	3.597
Baixa - ativo de direito de uso	(23)	(61)	(147)	2.398
Complemento de compra vantajosa	-	(18.057)	-	(18.057)
Pagamento baseado em ações	4.747	5.116	4.747	5.116
	816.421	748.245	1.163.281	980.124
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	255.242	(70.358)	263.398	(47.397)
Estoques	4.451	95.557	(186.597)	223.729
Tributos a recuperar	(20.492)	114.780	(13.384)	93.325
Partes relacionadas	(18.453)	(4.622)	21.511	(10.946)
Outros ativos circulantes e não circulantes	8.526	234	(8)	4.916
	229.274	135.591	84.920	263.627
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	107.361	(156.261)	173.620	(131.878)
Salários e encargos a pagar	(3.847)	1.224	(6.394)	775
Obrigações tributárias	20.363	1.824	11.971	(10.289)
Partes relacionadas	(35.072)	(16.543)	(8.811)	(10.996)
Outros passivos circulantes e não circulantes	6.005	(12.756)	30.682	(31.991)
	94.810	(182.512)	201.068	(184.379)
Juros pagos sobre empréstimos	(545.350)	(500.505)	(606.608)	(523.860)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.297)	(11.562)
	(545.350)	(500.505)	(617.905)	(535.422)
Caixa gerado nas atividades operacionais	595.155	200.819	831.364	523.950
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras, líquidas	(30)	42	(1.832)	(1.201)
Venda de imobilizado	344	331	500	613
Adições aos investimentos	(125.413)	(30.904)	(39.218)	-
Adiantamento para aquisição Villa Oliva Rice S.A.	-	-	(199.766)	-
Recebimento referente a ajuste de preço de aquisições	-	9.172	-	9.172
Liberação de valores retidos em combinação de negócios	(14.076)	-	(14.076)	-
Caixa advindo de aquisição de controlada	-	-	-	793
Adições ao imobilizado e intangível	(133.091)	(189.811)	(334.939)	(290.465)
Dividendos recebidos	-	-	2.343	-
	(272.266)	(211.170)	(586.988)	(281.088)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.129.574	2.671.084	2.474.890	3.241.619
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(1.600.730)	(982.011)	(2.872.613)	(1.722.964)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(49.101)	(46.413)	(66.995)	(49.673)
Pagamento de JCP e dividendos	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Ações em tesouraria	-	(65.103)	-	(65.103)
	(620.257)	1.477.557	(564.718)	1.303.879
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento				
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	50.290	27.901
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(297.368)	1.467.206	(270.052)	1.574.642
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.455.936	988.730	2.800.256	1.225.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.158.568	2.455.936	2.530.204	2.800.256
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(297.368)	1.467.206	(270.052)	1.574.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	9.767.795	9.180.989	13.196.288	12.117.357
Receitas relativas à construção de ativos próprios	163.116	101.510	163.116	101.510
Outras receitas	56.020	36.642	105.016	68.299
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(5.293)	(15.713)	(4.826)	(17.245)
	9.981.638	9.303.428	13.459.594	12.269.921
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(6.571.520)	(6.096.942)	(8.711.260)	(7.936.183)
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(1.378.270)	(1.221.087)	(1.873.779)	(1.657.241)
Outros	(31.490)	(6.667)	(68.847)	(18.177)
	(7.981.280)	(7.324.696)	(10.653.886)	(9.611.601)
Valor adicionado bruto	2.000.358	1.978.732	2.805.708	2.658.320
Retenções				
Depreciação e amortização	(152.984)	(164.628)	(266.276)	(261.947)
Valor adicionado líquido produzido	1.847.374	1.814.104	2.539.432	2.396.373
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	148.828	217.183	(4.166)	1.084
Receitas financeiras	393.650	291.185	431.657	332.839
Outras	-	18.057	-	18.057
	542.478	526.425	427.491	351.980
Valor adicionado total a distribuir	2.389.852	2.340.529	2.966.923	2.748.353
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	321.409	309.464	629.965	564.376
Benefícios	128.182	137.451	164.496	167.812
FGTS	28.600	29.137	28.600	29.137
Outros	16.053	15.294	16.398	15.911
	494.244	491.346	839.459	777.236
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	222.452	168.138	228.636	108.386
Estaduais	649.215	619.643	765.404	724.058
Municipais	5.655	5.141	12.276	10.669
	877.322	792.922	1.006.316	843.113
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	755.759	662.171	857.898	733.235
Aluguéis	17.321	17.689	17.993	18.244
Outros	28.256	16.064	28.256	16.064
	801.336	695.924	904.147	767.543
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre Capital Próprio	76.000	94.000	76.000	94.000
Dividendos	24.000	6.000	24.000	6.000
Não controladores	-	-	(51)	(124)
Lucros retidos do exercício	116.950	260.337	117.052	260.585
	216.950	360.337	217.001	360.461
Valor total adicionado distribuído	2.389.852	2.340.529	2.966.923	2.748.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar, biscoitos, massas, pescados enlatados (sardinha e atum) entre outros produtos, por meio de marcas com forte reconhecimento e posições de liderança em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, com produtos que permitem obter expressivas posições de liderança em todos os mercados de atuação. A Camil possui participações relevantes no Brasil nos mercados de grãos, açúcar, pescados enlatados, massas e biscoitos, sendo as principais marcas Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel, respectivamente. No ambiente internacional, a Camil atua no Uruguai, com a marca Saman, Chile, com a marca Tucapel, Peru, com a marca Costeño, e no Equador, com a marca Rico Arroz.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. começou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa em listagem da bolsa, sob o código CAML3.

Em 28 de fevereiro de 2025 o Grupo possui trinta e três unidades industriais, sendo dezesseis unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru e uma no Equador. A quantidade de plantas por país se mantém inalterada em relação a 29 de fevereiro de 2024.

Principais eventos do exercício

a) Outorga de novas opções de compras de ações

Em 09 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a oitava outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 5.289.017 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$ 8,54 (oito reais e cinquenta e quatro centavos) por ação.

b) Celebração do contrato para aquisição da Villa Oliva Rice S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme divulgado por meio de fato relevante, em 18 de novembro de 2024 a Companhia, por intermédio da sua controlada CAMILATAM, celebrou contrato de compra e venda por meio do qual se comprometeu a adquirir a totalidade das ações da Villa Oliva Rice S.A., junto da Q2PY S.A. (que possui controladores em comum com a Companhia), pelo montante de USD 33.000 mil (equivalentes a R\$ 199.766 em 30 de novembro de 2024), que poderá ser ajustado, para cima ou para baixo, com base em ativos e passivos operacionais líquidos.

Como ocorre previamente em toda combinação de negócios, o fechamento da operação e transferência do controle está sujeito ao cumprimento de determinadas condições previstas no contrato de compra e venda e que estão descritas no fato relevante divulgado

c) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2025.

2. Práticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) vigentes, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”, juntamente com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (“NBC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

TG”), Interpretações Técnicas Gerais (“ITG”) e Comunicados Técnicos Gerais (“CTG”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) através de suas resoluções.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de maio de 2025.

2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

		28/02/2025		29/02/2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai					
CAMILATAM S.A.	Controlada	100,0%	-	100,00%	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Climuy S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%
Arrozur - Arroz Uruguayo S.A. (*)	Coligada	-	52,00%	-	49,19%
Galofer S.A.(*)	Coligada	-	52,00%	-	45,00%
Corrales S.A.	Coligada	-	43,00%	-	43,00%
Maberil S.A.	Coligada	-	26,67%	-	26,67%
Arroyo Sarandí SRL	Coligada	-	26,67%	-	26,67%
Chile					
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-	99,94%
Peru					
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Equador					
Indústrias Dajahu S.A.S. (**)	Controlada	100,00%	-	-	100,00%
Transportes Ronaljavhu S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%
Fideicomiso Mercantil Dajahu (***)	Controlada	-	-	-	100,00%
Camilatam Ecuador S.A.S. (***)	Controlada	-	-	100,00%	-
Brasil					
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Camil Energias Renováveis Ltda	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
Camil Properties Ltda	Controlada	100,00%	-	-	-
Café Bom Dia S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	97,71%	-	97,71%	-
Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	90,33%	-	90,33%	-
CIPA Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-
CIPA Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%

(*) Devido ao acordo de acionistas, a Companhia não detém o controle apesar dos 52% de participação. Aumento referente a compra de ações efetuadas pela Saman.

(**) Incorporou a empresa Camilatam Ecuador S.A.S, passando a ser uma controlada direta da Camil Alimentos.

(***) Empresas incorporadas pela Industrias Dajahu S.A.S.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas são as empresas que a Companhia detém o controle e, dessa forma, consolida as respectivas demonstrações financeiras. Enquanto as coligadas, a Companhia possui influência significativa, porém não controla e, portanto, não consolida.

O exercício social das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.3. Informação por segmento

O CPC 22/NBC TG 22 (R2) / IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho, que consideram a Companhia como uma plataforma de alimentos no Brasil e Internacional. As informações são analisadas por segmento como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar, massas, café e biscoito.

Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos.

2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas, exceto pelas demonstradas a seguir:

	Moeda
Uruguai	
CAMILATAM S.A.	USD
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman)	USD
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	USD
Chile	
Empresas Tucapel S.A.	CLP
Peru	
Costeño Alimentos S.A.C.	PEN
Envasadora Arequipa S.A.C	PEN
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	PEN
Equador	
Indústrias Dajahu S.A.S.	USD
Transportes Ronaljvhu S.A.	USD

As demonstrações financeiras das controladas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são convertidos para Reais (R\$) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão dos investimentos, são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do exercício.

Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa final	28/02/2025	29/02/2024
Dólar EUA (USD)*	5,8488	4,9933
Peso Chile (CLP)	0,0061	0,0052
Novo Sol / Peru (PEN)	1,5916	1,3205

Taxa média	28/02/2025	29/02/2024
Dólar EUA (USD)*	5,5493	4,9551
Peso Chile (CLP)	0,0058	0,0058
Novo Sol / Peru (PEN)	1,4834	1,3287

*As controladas no Uruguai e Equador utilizam o Dólar norte-americano (EUA) como moeda funcional.

2.5. Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A receita líquida é reconhecida na extensão em que o controle sobre a propriedade e posse do ativo é transferido ao cliente. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Devolução e cancelamentos

Para os contratos que concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que não ocorrerá a devolução. Dessa forma, a Companhia analisa o comportamento histórico das devoluções e calcula a estimativa de devoluções esperadas, a qual é registrada na receita líquida e apresentada em conta redutora do contas a receber no balanço patrimonial.

Descontos e abatimentos

A Companhia considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas. Conforme mencionado, estes descontos são registrados na demonstração do resultado como redutora da receita líquida de vendas.

Componente significativo de financiamento

A Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15, não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo, pois não tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será acima de um ano.

Custos para obtenção de contratos

Para obtenções de contrato, são pagas comissões aos seus representantes comerciais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida, registrada na rubrica de despesas com vendas.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo a competência do crédito.

Subvenções governamentais reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e destinados a reserva de incentivos fiscais a partir da conta de lucros acumulados, conseqüentemente, são excluídos da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

2.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27%, no Peru 29,5% e no Equador 25%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-70/2001 e da Lei nº 12.973/14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Companhia não registra tributos diferidos passivos sobre o ágio oriundo das aquisições conforme orientação CPC 32 (IAS 12) parágrafo 15A.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,2%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

As vendas das empresas do Grupo localizadas no exterior estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA).

	Alíquotas
Uruguai	10% a 22%.
Chile	19%
Peru	18%
Equador	12%

2.7.1 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente de decisões fiscais assumidas nas apurações dos tributos sobre o lucro da Controladora e de suas controladas, no Brasil e no exterior, e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, conforme divulgação na nota explicativa nº 18.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.2 Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079, que institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE. A referida legislação entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Até a presente data, o Grupo vem estudando a nova legislação e espera não ser materialmente afetada por essas regras.

2.7.3 Alterações introduzidas pela Lei 14.596/23 – Preço de transferência

A partir de 1º de janeiro de 2024, passou a vigorar a Lei nº 14.596/2023, que introduziu alterações significativas na legislação de preços de transferência no Brasil, alinhando as regras no Brasil com o padrão internacional da OCDE.

2.8. Propriedades para investimento

Conforme o CPC 28 – Propriedade para Investimentos, consiste na classificação e mensuração de ativos imobiliários mantidos para obter rendimentos através de contratos de arrendamento ou valorização do capital ao longo do tempo.

Esses ativos são reconhecidos pelo seu custo de aquisição e subsequentemente mensurados pelo valor justo, com alterações no valor justo reconhecidas no resultado e no balanço patrimonial são apresentadas dentro do ativo não circulante. Ainda de acordo com a referida norma, por característica, as propriedades para investimento geram fluxos de caixa altamente independentes dos demais ativos mantidos pela Companhia.

2.9. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos financeiros. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores (incluindo os convênios), empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamento de clientes, partes relacionadas e outras contas a pagar. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, os fornecedores possuem a opção de recebimento por meio de uma operação de convênio com instituições financeiras de primeira linha. A operação consiste em possibilitar aos fornecedores a antecipação de seus recebíveis através da linha de crédito da Companhia. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito fortalecer a relação comercial com os fornecedores, além de facilitar os procedimentos administrativos para os fornecedores que desejarem realizar antecipações. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data inicialmente acordada com o fornecedor o valor nominal total do passivo. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados). Dessa forma, os valores estão reconhecidos na rubrica de fornecedores do balanço patrimonial, considerados como fluxos de caixa das atividades operacionais e os montantes envolvidos classificados como "fornecedores - convênio" na nota explicativa 14.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo.

Empréstimos e Financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Debêntures

Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Ágio

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganho com compra vantajosa

A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados.

Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo:

(i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.

Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos, se houver a incorporação.

Aquisição de negócios sob controle comum

A prática contábil para aquisição de negócios em controle comum segue em discussão pelas instituições e órgãos competentes e, por este motivo, não há orientação específica para este tipo de operação. Contudo, a Companhia adotou procedimentos similares aos descritos no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

Os ativos e passivos da entidade adquirida foram mensurados ao valor patrimonial e não houve reconhecimento de ágio ou compra vantajosa. Sendo assim, a diferença entre o preço pago e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Passivo a descoberto em controladas

Situação em que a subsidiária ou controlada apresenta seu passivo maior do que seu ativo. Neste caso, a controladora, assumindo a responsabilidade pelos compromissos financeiros da subsidiária ou controlada, reconhece em seu balanço patrimonial o passivo a descoberto.

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A Companhia revisa anualmente as taxas ou quando há algum indicativo de impairment. A seguir as taxas em 28 de fevereiro de 2025:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Prédios	0,33%	13,84%	2,45%	0,00%	50,00%	2,99%
Máquinas e equipamentos	0,03%	100,00%	3,85%	0,00%	100,00%	3,19%
Veículos	1,10%	20,00%	0,23%	0,00%	33,00%	3,48%
Móveis e utensílios	0,10%	46,51%	2,57%	0,00%	46,51%	3,07%
Computadores e periféricos	0,91%	44,44%	2,57%	0,00%	50,00%	6,04%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.16. Capitalização de custos de financiamentos ao ativo qualificável

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e ativos intangíveis decorrentes de combinação de negócios são mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para os intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Software (*)	20,00%	20,00%	20,00%	3,00%	100,00%	11,00%
Relacionamento com clientes	11,01%	19,05%	16,39%	1,00%	19,05%	6,28%
Contrato de não competição	20,00%	20,00%	20,00%	15,00%	20,00%	7,00%

(*) Controlada Tucapel possui softwares com licença de 12 meses registrada no intangível, explicando a taxa máxima de 100%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Item	Técnica de Avaliação
Marca	São avaliadas pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Relief-from-Royalty</i> . Pelo método <i>Relief-from-Royalty</i> , o valor justo da marca representa o valor presente da economia de não ter que pagar royalties pela sua utilização.
Relacionamento de Clientes	O relacionamento com clientes foi avaliado pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Multi Period Excess Earnings</i> (MPEEM), por meio do qual, basicamente, os fluxos de caixa gerados pelos clientes são projetados, se exaurindo conforme a estimativa dos cancelamentos até a sua completa exaustão.
Imobilizado	Os bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos e veículos) foram avaliados em conformidade com as Normas Brasileiras de Avaliações – NBR 14.563 da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os valores justos de mercado foram obtidos mediante a aplicação dos métodos: comparativo direto de dados de mercado e do custo de reposição depreciado segundo a aplicação da depreciação em função da expectativa de vida útil econômica do ativo avaliado.
Contingências e	Na data base, passivos contingentes relacionados a processos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

indenizações	judiciais, cíveis e administrativos são mensurados ao valor justo. Perdas avaliadas como possíveis são mensuradas ao valor justo e registradas conforme sua probabilidade de perda. Para os casos em que a Companhia tem o direito contratual de ser reembolsada, a Companhia registra um ativo de mesmo valor.
Estoque	Matéria-prima e embalagens: foram avaliados pelo custo de reposição com base na última aquisição. Produtos acabados e produtos para revenda: foram avaliados pelo valor de realização líquido.

Ágio e compra vantajosa

Reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras.

Nas situações em que a contraprestação transferida para aquisição do controle for inferior ao valor justo dos ativos adquiridos, registra-se a compra vantajosa na rubrica “Outras receitas e despesas” da demonstração de resultados.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*).

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo sujeito ao reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios

A mensuração subsequente dos passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios, é realizada de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Até que o passivo seja liquidado, cancelado ou extinto, a Companhia mensura pelo maior valor entre aquele que seria registrado com base no CPC 25 / IAS 37 e o montante pelo qual foi inicialmente reconhecido.

2.20. Arrendamentos

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação.

O advento do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1) / NBC TG 06 (R2) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são:

(i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo.

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme que a Companhia pretende operar o ativo.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação.

O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos são:

- Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item;
- Identificação do ativo;
- Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais);
- Prazo de vigência superior a um ano.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Benefício pós-emprego

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

2.22. Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa

A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.23. Pagamento baseado em ações

A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme CPC 10 (R1) / NBC TG 10 (R3) / IFRS 2 – Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicava 19.

2.24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.25 Novas normas, alterações e interpretações de normas que passaram a ter vigência neste exercício

- (i) CPC 09 (R1) – Demonstração de Valor Adicionado (DVA): Aprimoramento da demonstração financeira a partir da inclusão e detalhamento de seus componentes.

2.26 Novas normas, alterações e interpretações de norma ainda não efetivas

- (i) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Serão exigidas para que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda. Entrará em vigência para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2025 e os impactos estão sendo avaliados pela Administração; e
- (ii) IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements: Norma internacional equivalente ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, traz mudanças relacionadas a estrutura de apresentação da Demonstração de Resultado. Entrará em vigência para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2027 e os impactos estão sendo avaliados pela Administração.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º01/2022 traz temas sensíveis para o exercício social que requeiram julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens materiais sujeitos a essas estimativas e premissas, estão descritos abaixo e incluem a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Incertezas tributárias do imposto de renda

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

Provisão para contingências classificadas como perda possível oriundas de uma combinação de negócios

Na data da aquisição, a Companhia identifica os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios e reconhece o passivo contingente ao valor justo para os casos em que os assessores jurídicos considerem que a perda do processo judicial seja classificada como possível. Esta provisão leva em consideração a determinação do valor justo e a probabilidade de ocorrência da perda.

Trata-se de uma estimativa contábil crítica uma vez que envolvem premissas com significativo componente de julgamento.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ganho por compra vantajosa

Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos.

Trata-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício, requer uma avaliação criteriosa por parte da Administração para assegurar que não resulte em reversão futura de uma parcela do ganho registrado no reconhecimento contábil da operação. Portanto, trata-se de uma estimativa crítica feita pela Administração da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Disponibilidades	25.787	2.335	229.050	232.152
Aplicações financeiras	2.132.781	2.453.601	2.301.154	2.568.104
	2.158.568	2.455.936	2.530.204	2.800.256

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 101,51% do CDI (103,36% em 29 de fevereiro de 2024) podendo ser resgatáveis em um período de até 90 dias, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e alta solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Circulante				
Investimentos em renda fixa, sem carência	-	-	1.740	-
	-	-	1.740	-
Não Circulante				
Investimentos em renda fixa, sem carência	-	-	1.304	1.243
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	13.728	13.698	13.728	13.698
	13.728	13.698	15.032	14.941

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Títulos a vencer	766.282	1.026.035	1.158.664	1.350.058
Títulos vencidos até 30 dias	1.248	6.294	55.320	53.230
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	608	603	5.262	13.867
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	381	690	3.088	7.096
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.760	3.814	4.869	8.788
Títulos vencidos a mais de 181 dias	17.763	9.017	27.783	31.194
	788.042	1.046.453	1.254.986	1.464.233
Descontos concedidos (i)	(75.289)	(66.220)	(75.289)	(66.221)
Perdas estimadas com créditos de realização duvidosa	(21.374)	(19.251)	(25.704)	(38.645)
	691.379	960.982	1.153.993	1.359.367

(i) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais e pontuais com clientes específicos. As liquidações dos valores devidos a clientes são substancialmente quitadas com valores a receber em aberto.

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Saldo no início do exercício	(66.220)	(86.125)	(66.221)	(89.232)
Adições	(343.896)	(355.588)	(343.896)	(352.482)
Reversões / Baixas	334.827	375.493	334.828	375.493
Saldo no final do exercício	(75.289)	(66.220)	(75.289)	(66.221)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Saldo no início do exercício	(19.251)	(6.694)	(38.645)	(31.340)
Variação Cambial	-	-	(786)	137
Adições	(5.293)	(12.557)	(5.891)	(14.969)
Reversões	-	-	1.065	666
Baixas	3.170	-	18.553	6.861
Saldo no final do exercício	(21.374)	(19.251)	(25.704)	(38.645)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Reais	691.379	960.982	691.683	961.456
Dólares Americanos	-	-	319.480	239.795
Novo Sol Peruano	-	-	39.121	34.975
Peso Chileno	-	-	103.709	123.141
	691.379	960.982	1.153.993	1.359.367

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Produto Acabado	388.289	556.735	587.059	678.068
Matéria-prima e insumos	350.675	255.749	687.750	422.302
Material de embalagem (i)	87.604	105.569	112.974	123.176
Adiantamento a fornecedores (ii)	421.041	332.171	726.652	594.837
Outros (iii)	56.590	60.514	163.869	155.602
	1.304.199	1.310.738	2.278.304	1.973.985
Circulante	1.269.544	1.283.738	2.212.803	1.919.767
Não Circulante (iv)	34.655	27.000	65.501	54.218
	1.304.199	1.310.738	2.278.304	1.973.985

- (i) Material de embalagens inclui embalagens para pescado nos montantes de R\$ 42.508 (R\$ 67.804 em 29 de fevereiro de 2024) na Controladora e no Consolidado;
- (ii) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$ 55.414 (R\$ 44.242 em 29 de fevereiro de 2024), estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização;
- (iii) O valor de outros no consolidado, abrange também o saldo de provisão para perdas de estoques no valor de R\$ 7.068 (R\$ 7.704 em 29 de fevereiro de 2024);
- (iv) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque relacionados com peças e partes essenciais para a não interrupção da operação, totalizados em R\$ 3.938 (R\$5.898 em 29 de fevereiro de 2024).

8. Tributos a recuperar

Tributos sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Imposto de renda e contribuição social	28.471	61.900	60.142	64.196
Imposto de renda retido na fonte	55.895	46.701	58.915	47.030
	84.366	108.601	119.057	111.226
Circulante	50.052	50.806	84.743	53.431
Não Circulante	34.314	57.795	34.314	57.795
	84.366	108.601	119.057	111.226

Outros tributos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
PIS e Cofins	58.385	57.104	75.044	73.797
Impostos sobre vendas	22.599	53	68.009	69.037
IPI	1.801	7.177	1.802	7.179
Demais tributos (i)	19.567	13.849	49.685	46.725
	102.352	78.183	194.540	196.738
Circulante	32.726	32.672	123.453	150.327
Não Circulante	69.626	45.511	71.087	46.411
	102.352	78.183	194.540	196.738

- (i) Demais tributos incluem créditos previdenciários, créditos de importações, além de crédito relativos as operações LATAM, com destaque para a Saman no Uruguai.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Investimento em controladas	2.194.277	1.716.901	-	-
Investimento em coligadas	-	-	91.729	49.292
Ágio na aquisição de investimento (i)	93.091	93.091	-	-
Mais valia na aquisição de investimentos (i)	263.961	208.386	-	-
	2.551.329	2.018.378	91.729	49.292

(i) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no Ativo intangível e as mais valias alocadas em seus grupos geradores, conforme previsto pelo CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A seguir estão apresentados os principais saldos das controladas:

Em 29 de fevereiro de 2024	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Camilatam S.A.	2.237.518	979.281	1.258.237	2.861.210	138.478
Ciclo Logística Ltda.	64.704	53.332	11.372	132.567	(3.235)
Camilatam Ecuador S.A.S.	350.328	317.147	33.181	319.944	(1.114)
Agro Coffee Com. Imp. e Exp. S.A. – RJ (i)	3.052	509	2.543	3.701	176
Cipa Ind. de Prod. Alim.	307.526	70.636	236.890	10.253	7.196
Camil Energias Renováveis	96.599	2.388	94.211	-	(1.018)
Camil Properties	10.771	-	10.771	-	(81)
Café Bom Dia S.A. – RJ (i)	25.812	31.867	(6.055)	4	4.685

Em 28 de fevereiro de 2025	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Camilatam S.A.	2.955.848	1.314.835	1.641.013	3.418.388	143.395
Ciclo Logística Ltda.	58.373	52.916	5.457	149.837	(5.915)
Camilatam Ecuador S.A.S.	423.462	336.788	86.674	340.320	(9.232)
Agro Coffee Com. Imp. e Exp. S.A. – RJ (i)	3.284	517	2.767	6.299	224
Cipa Ind. de Prod. Alim.	317.793	147.153	170.640	14.765	(57.813)
Camil Energias Renováveis	157.260	27.419	129.841	4.929	630
Camil Properties	58.945	71	58.874	-	(191)
Café Bom Dia S.A. – RJ (i)	17.755	22.503	(4.748)	-	1.307

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Saldo anterior	2.018.378	1.769.245	49.292	34.703
Combinação de negócios	-	8.885	-	13.726
Dividendos recebidos (i)	-	-	(2.343)	-
Impacto combinação de negocio Climuy	-	(21.064)	-	-
Adições (ii)	135.258	138.352	39.218	-
Equivalência Patrimonial	147.551	212.606	(4.166)	1.083
Variação Cambial	250.142	(89.646)	9.728	(220)
Saldo Final	2.551.329	2.018.378	91.729	49.292

- (i) Dividendo recebidos da Corrales no valor de R\$ 2.343, empresa que compõe o grupo de coligadas da controlada Saman no Uruguai.
- (ii) Aumentos de capital nas controladas Indústrias Dajahu S.A.S R\$ 51.965, Camil Properties R\$ 48.293, Camil Energias R\$ 35.000 realizados diretamente pela Controladora. Por meio da controlada Saman houve a realização de aporte na subsidiária Galofer S.A. no montante de R\$ 39.218

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do investimento na empresa Café Bom Dia que está em situação de passivo a descoberto pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Saldo anterior	5.916	10.494	-	-
Equivalência Patrimonial	(1.277)	(4.578)	-	-
Saldo Final (*)	4.639	5.916	-	-

(*) Saldo apresentado no passivo.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Resultado de controladas	63.648	140.115	(4.166)	1.083
Resultado de controladas com passivo a descoberto	1.277	4.578	-	-
Impacto de resultado não realizado (i)	25.052	74.501	-	-
Realização de mais valia de ativos e passivos	58.851	(2.011)	-	-
Equivalência patrimonial	148.828	217.183	(4.166)	1.083

(i) Conforme dispositivo da Lei 12.973/2014, o resultado das investidas no exterior deve ser tributado a alíquota nominal do Brasil. Dessa forma, a Companhia adiciona na base de cálculo os lucros auferidos no exterior e se credita do imposto efetivamente pago nos países em que as investidas estão domiciliadas. Na consolidação, o montante é reclassificado e apresentado junto a rubrica de tributos diferidos do balanço patrimonial.

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman), mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas:

	28/02/2025				Saldo Investimento	
	Capital Social	Patrimônio Líquido	% Participação no capital	Equivalência patrimonial	28/02/2025	29/02/2024
Saman:						
Arroz Uruguay S.A. (Arrozur S.A.)	51.656	55.953	52,00%	(921)	29.095	25.624
Galofer S.A.	54.672	87.818	52,00%	(3.931)	45.665	6.385
Parque eólico	-	19.669	20,00%	314	3.934	4.610
Corrales S.A.	4.528	6.793	43,00%	669	2.921	3.767
Maberil S.A.	199	13.440	26,67%	20	3.585	3.035
Arroyo Sarandí SRL	246	24.482	26,67%	(317)	6.529	5.871
				(4.166)	91.729	49.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2023	121.850	489.909	1.152.452	237.631	42.976	2.044.818
Aquisições	-	-	-	239.822	-	239.822
Baixas	-	(7)	(11.950)	(26)	(965)	(12.948)
Transferências	9.362	15.165	60.143	(89.256)	4.586	-
Reclassificação (i)	-	-	-	(75.448)	-	(75.448)
Propriedade para investimentos (nota 11.1)	(5.876)	(21.997)	-	-	-	(27.873)
Saldo em 29/02/2024	125.336	483.070	1.200.645	312.723	46.597	2.168.371
Depreciação						
Saldo em 28/02/2023	-	(142.943)	(680.836)	-	(29.885)	(853.664)
Depreciação	-	(20.015)	(86.134)	-	(3.452)	(109.601)
Baixas	-	2	11.527	-	862	12.391
Saldo em 29/02/2024	-	(162.956)	(755.443)	-	(32.475)	(950.874)
Saldo em 28/02/2023	121.850	346.966	471.616	237.631	13.091	1.191.154
Saldo em 29/02/2024	125.336	320.114	445.202	312.723	14.122	1.217.497

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 29/02/2024	125.336	483.070	1.200.645	312.723	46.597	2.168.371
Aquisições	1.212	-	-	204.705	-	205.917
Baixas	-	-	(336)	(596)	(218)	(1.150)
Transferências	-	35.503	111.327	(150.555)	3.725	-
Reclassificação (i)	-	-	-	(9.845)	-	(9.845)
Saldo em 28/02/2025	126.548	518.573	1.311.636	356.432	50.104	2.363.293
Depreciação						
Saldo em 29/02/2024	-	(162.956)	(755.443)	-	(32.475)	(950.874)
Depreciação	-	(21.070)	(73.335)	-	(3.867)	(98.272)
Baixas	-	-	324	-	207	531
Transferências	-	(4.015)	4.018	-	(3)	-
Saldo em 28/02/2025	-	(188.041)	(824.436)	-	(36.138)	(1.048.615)
Saldo em 29/02/2024	125.336	320.114	445.202	312.723	14.122	1.217.497
Saldo em 28/02/2025	126.548	330.532	487.200	356.432	13.966	1.314.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2023	307.547	1.075.551	2.134.016	264.331	162.897	3.944.342
Variação cambial	(5.171)	(25.749)	(41.779)	(2.251)	(4.242)	(79.192)
Combinação de negócios (nota 9)	8.205	-	-	-	-	8.205
Aquisições	480	2.300	18.870	316.652	3.925	342.227
Baixas	-	(1.711)	(16.033)	(215)	(2.756)	(20.715)
Transferências	9.362	22.099	82.556	(119.869)	5.852	-
Propriedade para investimentos (nota 11.1)	(5.876)	(21.997)	-	-	-	(27.873)
Saldo em 29/02/2024	314.547	1.050.493	2.177.630	458.648	165.676	4.166.994
Depreciação						
Saldo em 28/02/2023	-	(354.406)	(1.408.660)	-	(93.662)	(1.856.728)
Variação cambial	-	9.515	32.253	-	2.629	44.397
Depreciação	-	(43.003)	(137.416)	-	(9.912)	(190.331)
Baixas	-	391	14.075	-	2.039	16.505
Saldo em 29/02/2024	-	(387.503)	(1.499.748)	-	(98.906)	(1.986.157)
Saldo em 28/02/2023	307.547	721.145	725.356	264.331	69.235	2.087.614
Saldo em 29/02/2024	314.547	662.990	677.882	458.648	66.770	2.180.837

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 29/02/2024	314.547	1.050.493	2.177.630	458.648	165.676	4.166.994
Variação cambial	21.436	65.947	131.024	7.093	15.716	241.216
Aquisições	1.985	7.805	22.415	377.323	4.078	413.606
Baixas	-	(42)	(500)	(596)	(667)	(1.805)
Transferências	-	55.790	129.475	(188.370)	3.105	-
Saldo em 28/02/2025	337.968	1.179.993	2.460.044	654.098	187.908	4.820.011
Depreciação						
Saldo em 29/02/2024	-	(387.503)	(1.499.748)	-	(98.906)	(1.986.157)
Variação cambial	-	(24.444)	(106.308)	-	(6.419)	(137.171)
Depreciação	-	(46.275)	(129.092)	-	(9.485)	(184.852)
Baixas	-	33	479	-	468	980
Transferências	-	(4.015)	4.018	-	(3)	-
Saldo em 28/02/2025	-	(462.204)	(1.730.651)	-	(114.345)	(2.307.200)
Saldo em 29/02/2024	314.547	662.990	677.882	458.648	66.770	2.180.837
Saldo em 28/02/2025	337.968	717.789	729.393	654.098	73.563	2.512.811

As obras em andamento referem-se a projetos de expansão ou de manutenção, sendo que os saldos relevantes estão concentrados na unidade de massas R\$ 136.488, de grãos R\$ 179.066 e de café R\$ 23.079.

A controlada Costeño Alimentos S.A.C. possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia no valor de R\$ 93.274 (R\$ 81.709 em 29 de fevereiro de 2024), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias”. A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales - Saman, também possui empréstimos onde foram dados imóveis e máquinas em garantia no valor de R\$ 134.815 (R\$ 114.865 em 29 de fevereiro de 2024), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias” e “Máquinas e equipamentos”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Propriedades para investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição de saldo das propriedades para investimento.

	Controladora	Consolidado
Terrenos	5.876	5.876
Prédios e benfeitorias	21.997	21.997
Saldo de propriedade para investimento	27.873	27.873

A Companhia mantém, desde 2021, contrato de locação de um imóvel localizado na cidade de São Gonçalo-RJ, com vigência de 20 anos. Dessa forma, de acordo com a orientação do CPC 28, o montante foi mensurado ao menor valor entre o valor residual e o valor justo menos os custos para vender o ativo, sendo este último efetuado por empresa especializada e independente.

11. Intangível

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2023	47.461	185.152	379.429	13.811	233	2.008	628.094
Aquisições	-	-	-	-	-	2.687	2.687
Amortização	(20.316)	-	-	(3.250)	(233)	-	(23.799)
Saldo em 29/02/2024	27.145	185.152	379.429	10.561	-	4.695	606.982

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 29/02/2024	29.766	185.152	379.429	10.562	-	2.073	606.982
Aquisições	7.198	-	-	-	-	8.985	16.183
Amortização	(13.970)	-	-	(3.250)	-	-	(17.220)
Saldo em 28/02/2025	22.994	185.152	379.429	7.312	-	11.058	605.945

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2023	58.569	413.459	612.242	44.594	232	15.769	1.144.865
Variação cambial	477	(7.139)	(9.036)	(1.979)	-	(588)	(18.265)
Aquisições	4.544	-	-	-	-	2.687	7.231
Combinação de negócios (nota 09)	-	-	(685)	3.327	-	-	2.642
Amortização	(24.953)	-	(830)	(5.871)	(232)	-	(31.886)
Transferência	2.621	-	-	-	-	(2.621)	-
Saldo em 29/02/2024	41.258	406.320	601.691	40.071	-	15.247	1.104.587

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 29/02/2024	41.258	406.320	601.691	40.071	-	15.247	1.104.587
Variação cambial	1.849	25.139	22.220	3.954	-	2.322	55.484
Aquisições	16.279	-	-	-	-	8.985	25.264
Baixas	(1.641)	-	-	-	-	-	(1.641)
Amortização	(19.438)	-	(1.251)	(7.029)	-	-	(27.718)
Saldo em 28/02/2025	38.307	431.459	622.660	36.996	-	26.554	1.155.976



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		Total	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Valor contábil de marcas e patentes Imobilizado e propriedade para investimento	50.884	50.884	134.071	134.071	55.131	55.131	55.066	55.066	84.277	84.277	-	-	379.429	379.429
Ativo de Direito de Uso	172.109	177.067	85.755	92.716	641.576	558.955	82.422	78.165	329.042	313.374	31.647	25.093	1.342.551	1.245.370
Valor contábil do ágio	13.853	2.035	3.256	896	110.185	112.653	659	452	1.741	4.901	39.483	12.828	169.177	133.765
Outros intangíveis	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	-	-	13.282	13.282	-	-	185.152	185.152
	113	127	290	28	34.323	32.048	35	10	6.489	10.188	114	-	41.364	42.401
	254.629	247.783	367.706	372.045	851.081	768.653	138.182	133.693	434.831	426.022	71.244	37.921	2.117.673	1.986.117

Consolidado	Alimentícios Brasil												Alimentícios Internacional		Total	
	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		UGC Grãos		28/02/2025	29/02/2024
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024				
Valor contábil de marcas e patentes Imobilizado e propriedade para investimento	50.884	50.884	134.071	134.071	55.131	55.130	87.351	87.351	84.277	84.277	74.939	74.939	136.007	115.039	622.660	601.691
Ativo de Direito de Uso	172.109	177.067	85.755	92.716	849.513	662.134	108.511	105.320	329.042	313.374	244.903	269.285	750.851	588.814	2.540.684	2.208.710
Valor contábil do ágio	13.853	2.035	3.256	896	140.562	149.402	659	452	1.741	4.901	75	48	94.296	95.054	254.442	252.788
Outros intangíveis	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	69.629	69.629	13.282	13.282	-	-	176.678	151.539	431.459	406.320
	113	127	290	28	34.323	32.048	43	26	6.489	10.188	5.371	5.725	55.228	48.434	101.857	96.576
	254.629	247.783	367.706	372.045	1.089.395	908.580	266.193	262.778	434.831	426.022	325.288	349.997	1.213.060	998.880	3.951.102	3.566.085

Na determinação da recuperabilidade do ágio por UGC, os fluxos de caixas futuros são projetados com base em projeções financeiras para os próximos cinco anos. As taxas de crescimento do primeiro ano de projeção, são realizadas com base em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração e complementados por um período discricionário de quatro anos, com valor terminal projetado para o final do período. As taxas de crescimento são baseadas em pesquisas setoriais e são ajustadas pelo desempenho característico esperado para cada UGC. As margens operacionais são aumentadas ao longo do período de acordo com as melhorias de eficiência previstas e os custos são baseados em dados históricos, tendências de mercado e de otimização das operações. Para a perpetuidade foi considerado o crescimento constante anual de 3,5%, e utilizada uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita os riscos específicos inerentes aos negócios da Companhia, a partir de seu custo médio de capital (18,3% ao ano). Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (impairment) anualmente no mês de fevereiro. No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contratos de arrendamento

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2023	149.516	9.324	3.667	162.507
Aquisições	4.734	-	3.798	8.532
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(3.860)	(509)	-	(4.369)
Atualização monetária	469	-	-	469
Depreciação	(24.404)	(4.240)	(2.584)	(31.228)
Baixas	(534)	-	(213)	(747)
Remensuração	(1.399)	-	-	(1.399)
Saldo em 29/02/2024	124.522	4.575	4.668	133.765

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2024	124.522	4.575	4.668	133.765
Aquisições	63.996	4.856	4.221	73.073
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(3.578)	(468)	-	(4.046)
Atualização monetária	3.873	-	174	4.047
Depreciação	(29.857)	(3.925)	(3.710)	(37.492)
Baixas	-	-	(170)	(170)
Saldo em 28/02/2025	158.956	5.038	5.183	169.177

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2023	131.274	12.381	42.124	185.779
Variação Cambial	(972)	(344)	(4)	(1.320)
Aquisições	105.062	4.018	4.964	114.044
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(2.820)	(509)	-	(3.329)
Atualização monetária	1.409	-	-	1.409
Depreciação	(30.930)	(5.706)	(3.094)	(39.730)
Baixas	(1.899)	(1.953)	(213)	(4.065)
Saldo em 29/02/2024	201.124	7.887	43.777	252.788

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 29/02/2024	201.124	7.887	43.777	252.788
Variação Cambial	15.358	547	67	15.972
Aquisições	20.960	9.345	9.135	39.440
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.643)	(468)	(1.498)	(3.609)
Atualização monetária	5.573	115	2.175	7.863
Depreciação	(32.673)	(5.451)	(15.582)	(53.706)
Baixas	(4.127)	(9)	(170)	(4.306)
Saldo em 28/02/2025	204.572	11.966	37.904	254.442

b. Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
	146.485	170.551	268.260	194.441
Variação cambial	-	-	18.164	(736)
Adições de novos contratos	76.410	14.039	43.010	125.579
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(3.336)	(5.507)	(3.583)	(12.896)
Remensuração dos contratos de arrendamento	4.750	(874)	9.028	2.693
AVP reconhecido sobre remensuração	(703)	(56)	(1.165)	(295)
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(53.147)	(50.782)	(70.563)	(53.002)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	8.588	19.923	16.372	14.143
Baixas por alteração contratual	(193)	(809)	(4.453)	(1.667)
	178.854	146.485	275.070	268.260
Circulante	42.665	35.412	49.017	48.262
Não Circulante	136.189	111.073	226.053	219.998
Passivo de arrendamento	178.854	146.485	275.070	268.260

A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora			
	28/02/2025			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
fev/26	35.939	3.311	3.415	42.665
fev/27	33.106	2.047	1.711	36.864
fev/28	9.915	-	482	10.397
fev/29	9.448	-	-	9.448
fev/30	8.858	-	-	8.858
Após Fevereiro/30	70.622	-	-	70.622
	167.888	5.358	5.608	178.854

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 28/02/2025			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
fev/26	25.855	6.084	17.078	49.017
fev/27	68.333	6.076	14.418	88.827
fev/28	14.199	145	6.265	20.609
fev/29	13.929	-	2.422	16.351
fev/30	13.183	-	157	13.340
Após Fevereiro/30	86.926	-	-	86.926
	222.425	12.305	40.340	275.070

b) Resultado de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior há 12 meses) - nota 21	(31.330)	(30.094)	(46.367)	(41.270)
Amortização do arrendamento de aluguel - nota 21	(37.492)	(31.228)	(53.706)	(39.730)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - nota 23	(8.588)	(19.923)	(16.372)	(14.143)
	(77.410)	(81.245)	(116.445)	(95.143)

c) Informações complementares

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 28/02/2025	166.032	259.611
Saldo do Passivo de arrendamento em 28/02/2025	166.313	263.776
Amortização acumulada do ativo de direito de uso	(60.429)	(130.351)
Amortização acumulada do Ajuste a Valor Presente (AVP)	(14.965)	(27.624)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Produtos - mercado interno	556.183	495.657	1.051.654	856.473
Produtos - mercado externo	77.372	43.762	83.785	46.990
Fornecedores - Convênios	77.894	3.550	77.894	3.707
Serviços	19.026	14.184	19.026	14.184
Fretes a pagar	45.661	20.913	45.695	21.197
Outros fornecedores	1.470	3.169	6.775	3.107
	777.606	581.235	1.284.829	945.658

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Contas a pagar aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Custo de Aquisição (i)				
SLC Alimentos	22.270	21.456	22.270	21.456
Pastificio Santa Amália	19.212	39.226	19.212	39.226
Silcom S.A.	-	-	7.635	8.673
	41.482	60.682	49.117	69.355
Passivo contingente (ii)				
Aquisição CIPA	-	-	48.759	35.901
	-	-	48.759	35.901
Circulante	6.724	11.768	9.269	15.036
Não Circulante	34.758	48.914	88.607	90.220
	41.482	60.682	97.876	105.256

- (i) Valores retidos do custo de aquisição da combinação de negócios como garantia de eventuais passivos originado de fatos ocorridos antes da data da aquisição. A liberação dos fluxos de caixa para os vendedores ocorrerá de acordo com cronograma de pagamentos definido no contrato de compra e venda;
- (ii) Valores acordados contratualmente que deverão ser repassados aos vendedores conforme o recebimento de determinados ativos.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Capital de giro				
Moeda nacional	1.167.511	1.522.477	1.167.511	1.522.590
Moeda estrangeira (*)	40.046	9.865	584.601	451.305
Moeda estrangeira (**)	-	-	70.366	72.817
Moeda estrangeira (***)	-	-	245.668	154.926
FINAME	-	2.249	-	2.249
Custo da transação	(1.932)	(5.170)	(1.932)	(5.170)
	1.205.625	1.529.421	2.066.214	2.198.717
Debêntures - Garantia Quirografária				
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 2ª série	342.633	342.315	342.633	342.315
Emitida em 29/09/2020 – 9ª emissão - Série única	185.321	370.085	185.321	370.085
Emitida em 05/05/2021 – 10ª emissão - Série única	-	624.165	-	624.165
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 1ª série	156.502	156.301	156.502	156.301
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 2ª série	521.674	521.002	521.674	521.002
Emitida em 29/06/2023 – 12ª emissão - 1ª série	639.110	637.332	639.110	637.332
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 1ª série	314.904	312.513	314.904	312.513
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 2ª série	269.499	255.766	269.499	255.766
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 3ª série	105.342	99.677	105.342	99.677
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 1ª série	422.423	-	422.423	-
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 2ª série	188.894	-	188.894	-
Emitida em 14/06/2024 - 14ª emissão - 3ª série	61.094	-	61.094	-
Custo da transação	(35.936)	(31.839)	(35.936)	(31.839)
	3.171.460	3.287.317	3.171.460	3.287.317
	4.377.085	4.816.738	5.237.674	5.486.034
Circulante	1.721.067	1.439.681	2.110.647	1.669.005
Não Circulante	2.656.018	3.377.057	3.127.027	3.817.029
	4.377.085	4.816.738	5.237.674	5.486.034

- (*) USD - Dólar americano
(**) CLP - Pesos chilenos
(***) PEN - Novo Sol / Peru

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Saldo inicial	4.816.738	3.102.656	5.486.034	3.982.201
Varição Cambial	9.711	(3.234)	131.840	(63.714)
Captações	1.129.574	2.671.084	2.474.890	3.241.619
Juros e variações monetárias	551.266	516.562	607.724	560.113
Apropriação de custos	15.876	12.186	16.407	12.639
Amortização de principal	(1.600.730)	(982.011)	(2.872.613)	(1.722.964)
Amortização de juros	(545.350)	(500.505)	(606.608)	(523.860)
Saldo final	4.377.085	4.816.738	5.237.674	5.486.034

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Mar/25 a Fev/26 (*)	1.721.067	1.450.321	2.110.647	1.679.646
Mar/26 a Fev/27	457.473	1.587.503	619.406	1.697.687
Mar/27 a Fev/28	565.541	363.816	764.541	665.772
Mar/28 a Fev/29	623.629	471.923	680.623	490.128
Mar/29 a Fev/30	574.368	629.015	627.450	635.329
Após Fev/30	470.943	345.999	470.943	349.311
Custo debêntures	(35.936)	(31.839)	(35.936)	(31.839)
	4.377.085	4.816.738	5.237.674	5.486.034

(*) As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

Os principais instrumentos de endividamento da Companhia, preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida (Empréstimos, financiamentos, debêntures, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) /EBITDA (Lucro antes de impostos, resultado financeiro e depreciação e amortização) igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), calculado conforme as informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais findas em fevereiro de cada exercício. O não cumprimento do índice resulta no vencimento antecipado automático da dívida. Conforme apresentado no quadro a seguir, o índice em 28 de fevereiro de 2025 foi cumprido.

	28/02/2025	29/02/2024
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	640.999	652.098
(+) Depreciação / amortização	266.276	261.947
EBITDA	907.275	914.045
Dívida Bruta (Empréstimos, financiamentos e debêntures)	5.237.674	5.486.034
Disponibilidades (Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)	(2.546.976)	(2.815.197)
Dívida líquida	2.690.698	2.670.837
Dívida líquida/EBITDA < 3,5	2,97	2,92

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Ativo circulante				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	8.535	3.391	-	-
Cafe Bom Dia S.A em recuperação judicial	2.024	-	-	-
Ciclo Logística Ltda.	749	-	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	78	-	-	-
Adiantamentos:				
Villa Oliva Rice S.A (i)	10.458	-	30.863	-
Coligadas:				
Galofer S.A (ii)	-	-	8.215	8.063
Comisaco S.A	-	-	7.679	6.233
Arrozur S.A	-	-	5	-
Corrales S.A.	-	-	888	-
Maberil S.A	-	-	2.826	4.052
	21.844	3.391	50.476	18.348
Ativo não circulante				
Adiantamentos:				
Villa Oliva Rice S.A (iii)	-	-	193.010	-
Camil Representações Ltda	5	-	5	-
Coligadas:				
Galofer S.A	-	-	-	27.871
Arroyo Sarandí SRL	-	-	5.248	4.471
Direito de uso:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	39.408	12.780	-	-
	39.413	12.780	198.263	32.342
Total do ativo	61.257	16.171	248.739	50.690

- (i) Adiantamento para compra de arroz no valor de R\$ 10.458 feito pela Camil Alimentos e R\$ 20.405 feito pela Tucapel;
(ii) Contas a receber no montante de R\$ 8.215 relacionado a venda de energia elétrica gerada pela Coligada Galofer S.A;
(iii) Conforme citado na nota explicativa 1, a Companhia está em processo de aquisição da empresa Villa Oliva Rice e desembolsou o montante de R\$ 193.010 em favor da Q2PY, equivalentes a US\$ 33.000 mil, que possui o mesmo controlador da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	18.310	50.703	-	-
Ciclo Logística Ltda.	11.555	12.415	-	-
Cafe Bom Dia S.A em recuperação judicial	-	200	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	-	64	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	1.338	3.174	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	282	-	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	-	68	56
Coligadas:				
Arrozur S.A	-	-	3.632	3.956
Corrales S.A	-	-	-	859
Juros sobre capital próprio (i)	13.640	13.719	13.640	13.719
Dividendos	4.307	4.332	4.307	4.332
	49.432	84.607	21.647	22.922
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	20.548	16.332	-	-
	69.980	100.939	21.647	22.922
Passivo não circulante				
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	19.136	1.996	-	-
Total do Passivo	89.116	102.935	21.647	22.922

(i) O total de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar é de R\$25.000, sendo R\$ 17.947 referentes a partes relacionadas e R\$ 7.053 referentes aos acionistas não controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Receitas				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	24.054	10.672	-	-
Empresas Tucapel S.A	4.687	408	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	1.506	-	-	-
Agro Coffee Comercio, Importacao E Exportacao Ltda - Em recuperação Judicial	1.912	-	-	-
Galofer S.A	-	-	221	185
Arrozur S.A	-	-	3.431	3.062
Comisaco S.A	-	-	57	20
	32.159	11.080	3.709	3.267
Custos				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	(190.673)	(220.819)	-	-
Empresas Tucapel S.A	-	(4.993)	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(5.251)	(17.604)	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(17.359)	(29.264)	-	-
Agro Coffee Comercio, Importacao E Exportacao Ltda - Em recuperação Judicial	(2.561)	-	-	-
Camil Energias Renovaveis Ltda.	(1.286)	-	-	-
Arrozur S.A	-	-	(39.618)	(33.202)
	(217.130)	(272.680)	(39.618)	(33.202)
Despesas				
Ciclo Logística Ltda.	(332.477)	(297.785)	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(17.843)	(17.652)	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(9.938)	(7.452)	-	-
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	(15.101)	(6.309)	-	-
	(375.359)	(329.198)	-	-

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer os estoques nível Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”).

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Na sequência, o valor das transações relacionadas com Companhias vinculadas aos administradores e acionistas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora/Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024
Despesas com serviços aéreos		
Albatro Empreendimentos e Participações	(3.344)	(2.266)
Gabbiano Empreendimentos e Participações	(612)	(528)
	(3.956)	(2.794)

Serviços de taxi aéreo fornecidos pelas partes relacionadas Albatro Empreendimentos e Participações e Gabbiano Empreendimentos e Participações totalizaram R\$ 3.956 até 28 de fevereiro de 2025 (R\$2.794 em 29 de fevereiro de 2024).

a) Avais concedidos

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (Saman) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	28/02/2025	29/02/2024
Empresas relacionadas:		
Galofer S.A.	2.742	5.139
	2.742	5.139
Terceiros:		
Balere! SRL (*)	585	997
	585	997
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	-	166
Em operações com fornecedores	9.384	4.920
	9.384	5.086
Total garantias	12.711	11.222

(*) Previsto no estatuto da controlada Saman conceder garantias a terceiros.

A garantia com terceiros para a Balere! SRL está vinculada a um arrendamento de campo de arroz, onde a renda recebida é utilizada para amortizar o empréstimo, e, todo arroz produzido pelo campo arrendado é comprado pela Saman. A garantia com os demais produtores de arroz tem o mesmo objetivo de garantir a safra.

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 28 de fevereiro 2025, incluindo remunerações fixas e variáveis, totalizou R\$ 27.703 (R\$ 31.137 em 29 de fevereiro de 2024) e está apresentado na rubrica despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado.

17. Provisão para demandas judiciais

17.1 Riscos prováveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos em andamento de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e previdenciária. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas com

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

esses processos. São provisionados os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (success fee) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários

Adicionalmente, para os riscos existentes nas controladas adquiridas por meio de operações de combinações de negócios, a Companhia possui firmado com os controladores anteriores acordos para restituição dos riscos que se materializarem e houver desembolso de caixa, desde que atendidas determinadas condições previstas no contrato de compra e venda. Tal restituição pode ocorrer por meio de abatimentos nos valores retidos do custo de aquisição para fins de garantia, conforme apresentado e explicado na nota explicativa 13, ou por meio da realização do ativo de indenização reconhecido de acordo com as orientações do CPC 15 – Combinação de negócios.

O quadro a seguir apresentam os montantes registrados no balanço patrimonial da Companhia nas rubricas de provisão para demandas judiciais e o correspondente ativo de indenização:

	Controladora		Consolidado		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
	Provisão para demandas judiciais				Ativo de indenização	
Riscos prováveis						
Trabalhista	35.651	33.537	49.165	49.018	4.924	7.266
Tributário	367	158	946	1.137	107	100
Cível	28.432	2.215	102.803	13.016	73.946	6.089
	64.450	35.910	152.914	63.171	78.977	13.455
Riscos possíveis, advindos de combinações de negócios (i)						
Trabalhista	-	-	106	352	106	352
Tributário	-	-	-	67.310	-	67.310
Cível	-	-	192.379	225.238	192.378	225.238
	-	-	192.485	292.900	192.484	292.900
	64.450	35.910	345.399	356.071	271.461	306.355

(i) Referente ao passivo contingente assumido pela Companhia na aquisição da controlada CIPA. O reconhecimento inicial e a mensuração subsequente estão registrados de acordo com as orientações do CPC 15 - Combinação de negócios. A redução apresentada no exercício está relacionada com a mudança no prognóstico para provável e consequentemente reclassificado para a conta correspondente, compensada pelo encerramento de processos tributários.

As movimentações que ocorreram no exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 referem-se, à atualização dos processos trabalhistas, cíveis, tributários, previdenciários e ambientais, bem como novas provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários e são apresentadas abaixo:

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	2.591	31.366	11.277	45.234
Adições e atualizações monetárias	2.152	17.364	3.029	22.545
Reversões	(1.841)	(6.975)	(13.060)	(21.876)
Pagamentos	(687)	(8.218)	(1.088)	(9.993)
Em 29 de fevereiro 2024	2.215	33.537	158	35.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro 2024	2.215	33.537	158	35.910
Adições	15.675	17.886	261	33.822
Reversões	(2.572)	(9.642)	-	(12.214)
Pagamentos	(729)	(8.265)	(52)	(9.046)
Atualizações monetárias	13.843	2.135	-	15.978
Em 28 de fevereiro 2025	28.432	35.651	367	64.450

Riscos	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	244.766	45.833	82.432	373.031
Varição Cambial	-	(14)	-	(14)
Adições e atualizações monetárias	11.009	25.202	4.415	40.626
Reversões	(8.225)	(8.740)	(15.547)	(32.512)
Pagamentos	(9.296)	(12.911)	(2.853)	(25.060)
Em 29 de fevereiro 2024	238.254	49.370	68.447	356.071

Riscos	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro 2024	238.254	49.370	68.447	356.071
Varição Cambial	-	27	-	27
Adições	53.287	24.753	580	78.620
Reversões	(4.137)	(10.139)	-	(14.276)
Pagamentos	(6.067)	(16.874)	(68.105)	(91.046)
Atualizações monetárias	13.845	2.134	24	16.003
Em 28 de fevereiro 2025	295.182	49.271	946	345.399

Em alguns processos faz-se necessário que a Companhia destine recursos financeiros a contas judiciais ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente. Os quadros a seguir apresentam os saldos existente no balanço patrimonial da Companhia:

Depósitos judiciais	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	(89)	(5.362)	(3.197)	(8.648)
Adições	(2.631)	(1.200)	(250)	(4.081)
Atualização Monetária	(15)	(355)	(31)	(401)
Baixa	8	2.330	279	2.617
Em 29 de fevereiro 2024	(2.727)	(4.587)	(3.199)	(10.513)

Depósitos judiciais	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 29 de fevereiro 2024	(2.727)	(4.587)	(3.199)	(10.513)
Adições	(1.324)	(292)	(36)	(1.652)
Baixa	2.644	839	-	3.483
Atualizações monetárias	(27)	(176)	(118)	(321)
Em 28 de fevereiro 2025	(1.434)	(4.216)	(3.353)	(9.003)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais	Consolidado			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 28 de fevereiro 2023	(192)	(27.481)	(6.103)	(33.776)
Adições	(6.461)	(5.183)	(273)	(11.917)
Atualização Monetária	(15)	(355)	(175)	(545)
Baixa	3.044	3.371	279	6.694
Em 29 de fevereiro 2024	(3.624)	(29.648)	(6.272)	(39.544)

Depósitos judiciais	Consolidado			Total
	Cível	Trabalhista	Tributário	
Em 29 de fevereiro 2024	(3.624)	(29.648)	(6.272)	(39.544)
Adições	(1.324)	(8.146)	(36)	(9.506)
Baixa	2.680	3.635	25	6.340
Atualizações monetárias	(27)	(176)	(226)	(429)
Em 28 de fevereiro 2025	(2.295)	(34.335)	(6.509)	(43.139)

17.1.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas nas quais os principais pedidos estão relacionados a horas extras, verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, dano moral e material além de indenizações e responsabilidade solidária ou subsidiária de terceiros. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este trimestre em comparação a novembro de 2024.

17.1.2 Cíveis

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações cíveis (judiciais e administrativas), em sua maioria litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, incluindo contrato de representação comercial e transportes, relações de consumo, dentre outros. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este trimestre em comparação a novembro de 2024.

17.1.3 Tributário

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações tributárias e constituem provisão baseada em prognósticos prováveis de perda e não houve alterações processuais relevantes para este trimestre em comparação a novembro de 2024.

17.2 Riscos possíveis

A seguir são apresentados os montantes relacionados aos riscos de perda avaliados como possível da Companhia e suas controladas e que não houve registro do passivo no balanço patrimonial, conforme orientação do CPC 25.

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Trabalhista	72.630	58.743	84.783	69.722
Cível	213.414	130.857	220.649	138.480
Tributário	502.043	468.491	509.060	474.718
	788.087	658.091	814.492	682.920

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.2.1 Trabalhistas

Assim como para as prováveis, a Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas nas quais os principais pedidos estão relacionados a horas extras, verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, dano moral e material além de indenizações e responsabilidade solidária ou subsidiária de terceiros.

O aumento no exercício está relacionado a atualização monetária, além do efeito líquido de processos novos e encerrados.

17.2.2 Cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais classificados como perda possível pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos.

Durante o exercício houve a revisão da metodologia de atualização monetária em decorrência da aplicação da Lei 14.905/2024, que dispõe sobre atualização monetária e juros em processos cíveis. Esta revisão acarretou o aumento de R\$ 66.952 e outros R\$ 15.217 está relacionado ao efeito líquido de processos novos e encerrados.

17.2.3 Tributário

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de naturezas tributária, (judicial e administrativa) que se referem a diversos tributos, tais como Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”), Imposto Sobre Serviço (“ISS”), Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), classificados como perda possível pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos e, para os quais não há provisão constituída.

ICMS

A Companhia discute judicialmente o aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições cujas saídas subsequentes são realizadas com redução da base de cálculo do imposto (benefício fiscal de produtos da cesta básica), no montante de R\$ 34.911 (R\$ 33.038 em 29 de fevereiro de 2024). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

A Companhia discute judicialmente cobrança de ICMS, em face da empresa incorporada SLC Alimentos, em razão do suposto aproveitamento indevido de crédito presumido calculado sobre operações de compra de arroz em casca de cooperativas e industrialização por encomenda, no montante de R\$ 18.250, incluindo juros e multa (R\$ 17.345 em 29 de fevereiro de 2024). A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

Imposto de Importação

A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de auto de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2007 a 2009 no montante de R\$ 41.188 (R\$ 39.612 em 29 de fevereiro de 2024). A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PIS e COFINS

(i) A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$ 23.175 (R\$ 22.540 em 29 de fevereiro de 2024). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

(ii) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento por compensação de tributos federais de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos. Os débitos exigidos nos processos administrativos, incluindo multa, totalizam R\$ 172.511 (R\$ 198.131 em 29 de fevereiro de 2024). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível

ISS

A Companhia discute administrativamente e judicialmente cobrança de ISS realizada pelo Município de Rio Grande/RS, relacionada ao procedimento de secagem de arroz, no montante de R\$ 65.152 (R\$ 66.858 em 29 de fevereiro de 2024). Atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível

Ativo Contingente

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia figurava em processos judiciais de naturezas cível e tributária envolvendo causas ativas, para as quais não existem novos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos após o trânsito em julgado dos processos ou aferição do efetivo do benefício econômico.

IRPJ/CSLL

Os temas e discussões relativos a IRPJ/CSLL estão relacionados e explicados na Nota 19 Imposto de renda e contribuição social.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Composição do capital social de R\$950.374, em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024 (capital autorizado de R\$950.374), integralmente representado por ações ordinárias:

Acionistas	28/02/2025		29/02/2024	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A. (i)	180.000.000	51,43%	229.735.239	65,64%
Controladores e administradores (i)	65.090.108	18,60%	16.733.282	4,78%
Ações em tesouraria	8.928.768	2,55%	8.928.768	2,55%
Free float	95.981.124	27,42%	94.602.711	27,03%
	350.000.000	100,00%	350.000.000	100,00%

(i) Conforme fato relevante divulgado em 25 de outubro de 2024, ocorreu a reorganização acionária da participação que pertence aos acionistas controladores da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Lucro por ação:

Cálculo do lucro por ação	28/02/2025	29/02/2024
Numerador básico		
Lucro básico do exercício	216.950	360.337
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	341.071.232	344.986.267
Lucro líquido, básico, por ação do capital social - em Reais	0,6361	1,0445
Numerador diluído		
Lucro básico do exercício	216.950	360.337
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	341.071.232	344.986.267
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga (Nota 18.c)	1.709.668	1.709.668
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga (Nota 18.c)	1.905.852	1.905.852
Opções de ações exercíveis – 3ª outorga (Nota 18.c)	2.960.321	2.960.321
Opções de ações exercíveis – 4ª outorga (Nota 18.c)	3.197.511	1.598.755
Opções de ações exercíveis – 5ª outorga (Nota 18.c)	1.372.847	549.139
Opções de ações exercíveis – 6ª outorga (Nota 18.c)	707.712	-
	352.925.143	353.710.002
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social - em Reais	0,6147	1,0187

(*) A média ponderada de ações da Companhia está impactada pela movimentação das ações em tesouraria adquiridas, durante o exercício findo em 29 de fevereiro de 2024 e das opções outorgadas no exercício.

c) Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos Beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

Exercício das opções

As opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o *vesting* (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

A seguir a posição de opções outorgadas até 28 de fevereiro de 2025 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$25.477 (R\$ 22.344 em 29 de fevereiro de 2024):

Exercício das opções	Data da outorga	20% no primeiro aniversário	30% no segundo aniversário	50% no terceiro aniversário	Data limite
1ª outorga	31/10/2017	31/10/2019	31/10/2020	31/10/2021	31/10/2024
Quantidade Outorgada		341.934	512.900	854.834	1.709.668
Valor provisionado bruto		408	818	1.664	2.890
2ª outorga	12/12/2017	12/12/2019	12/12/2020	12/12/2021	12/12/2024
Quantidade Outorgada		381.170	571.756	952.926	1.905.852
Valor provisionado bruto		341	726	1.527	2.594
3ª outorga	01/04/2019	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2026
Quantidade Outorgada		592.064	888.096	1.480.161	2.960.321
Valor provisionado bruto		755	1.448	2.839	5.042
4ª outorga	02/04/2020	02/04/2022	02/04/2023	02/04/2024	02/04/2027
Quantidade Outorgada		639.502	959.253	1.598.756	3.197.511
Valor provisionado bruto		804	1.550	3.121	5.475
5ª outorga	31/03/2021	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2028
Quantidade Outorgada		549.139	823.708	1.372.846	2.745.693
Valor provisionado bruto		1.036	1.990	3.980	7.006
6ª outorga	31/03/2022	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2029
Quantidade Outorgada		707.712	1.061.568	1.769.280	3.538.560
Valor provisionado bruto		1.583	2.846	4.137	8.566
7ª outorga	13/04/2023	13/04/2025	13/04/2026	13/04/2027	13/04/2030
Quantidade Outorgada		1.080.051	1.620.076	2.700.127	5.400.254
Valor provisionado bruto		1.053	1.457	2.308	4.818
8ª outorga	30/04/2024	30/04/2026	30/04/2027	30/04/2028	30/04/2031
Quantidade Outorgada		1.057.803	1.586.705	2.644.509	5.289.017
Valor provisionado bruto		401	648	1.162	2.211
Total					
Quantidade Outorgada		5.349.375	8.024.062	13.373.439	26.746.876
Valor provisionado bruto		6.381	11.483	20.738	38.602
Impostos diferidos		(2.170)	(3.904)	(7.051)	(13.125)
Valor provisionado líquido		4.211	7.579	13.687	25.477

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada.

d) Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal foram considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total de R\$ 170.096 em 28 de fevereiro de 2025 (R\$ 283.616 em 29 de fevereiro de 2024), registrados como redutores da despesa de ICMS na demonstração de resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro

Conforme com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição do lucro apurado ocorrerá ao final de cada exercício social, após a aprovação do conselho de administração. A destinação das reservas e determinação da base de cálculo dos dividendos ocorre da seguinte forma:

- (i) Destinação para a Reserva de Incentivos Fiscais das subvenções de investimentos;
- (ii) Destinação para a Reserva Legal de no mínimo 5% do lucro após a destinação para Reserva de Incentivos Fiscais, observados os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) Destinação para a Reserva de Contingências, conforme proposta da administração; e
- (iv) Por fim, destinação para distribuição de dividendos aos acionistas, observado o mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido anual ajustado pela constituição das reservas anteriormente citadas.

Em 9 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2025. O valor bruto aprovado de juros sobre capital próprio foi de R\$ 19.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,05 por ação ordinária e pagos no dia 10 de junho de 2024. O valor bruto aprovado de dividendos foi de R\$ 6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,01 por ação ordinária e pagos no dia 10 de junho de 2024.

Em 29 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2025. O valor bruto aprovado de juros sobre capital próprio foi de R\$ 19.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,05 por ação ordinária e pagos no dia 10 de setembro de 2024. O valor bruto aprovado de dividendos foi de R\$ 6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,01 por ação ordinária e pagos no dia 10 de setembro de 2024.

Em 14 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2025. O valor bruto aprovado de juros sobre capital próprio foi de R\$ 19.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,05 por ação ordinária e pagos no dia 6 de dezembro de 2024. O valor bruto aprovado de dividendos foi de R\$ 6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,01 por ação ordinária e pagos no dia 6 de dezembro de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia relativas ao exercício encerrado em 29 de fevereiro de 2024, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 28 de fevereiro de 2025. O valor bruto aprovado de juros sobre capital próprio foi de R\$ 19.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,05 por ação ordinária e pagos no dia 18 de março de 2025. O valor bruto aprovado de dividendos foi de R\$ 6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,01 por ação ordinária e pagos no dia 18 de março de 2025.

Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024:

	28/02/2025	29/02/2024
Lucro do exercício	216.950	360.337
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais (i)	(170.096)	(283.616)
Base para constituição de reserva legal	46.854	76.721
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(2.343)	(3.836)
Ajuste de realização do custo atribuído	1.540	3.474
Base de cálculo para o dividendo	46.051	76.359
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(11.513)	(19.090)
Dividendos adicionais do ano	(88.487)	(80.910)
Remuneração aprovada pelos acionistas	(100.000)	(100.000)
Pagamentos realizados através de JCP	76.000	94.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP	(11.400)	(14.100)
Dividendos adicionais pagos	24.000	6.000
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte	88.600	85.900

- i) R\$ 165.079 referem-se aos incentivos fiscais que transitaram na demonstração de resultado do exercício findo em 29 de fevereiro de 2024 e os demais R\$ 118.537 pertencem a exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Resultado antes dos impostos	172.542	289.752	176.632	228.368
Alíquotas nominais (i)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(58.664)	(98.516)	(60.055)	(77.645)
(Adições) / Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	52.851	75.778	(1.041)	368
Subvenção de ICMS	57.833	56.127	57.833	56.127
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	25.840	31.960	25.840	31.960
Efeito líquido do lucro auferido no exterior	(45.894)	(34.180)	(45.894)	(34.180)
Reconhecimento de ativo diferido de exercícios anteriores (ii)	308	12.017	308	70.697
Baixas de ativos e passivos diferidos de exercícios anteriores	-	15.761	-	15.761
Benefícios fiscais - IR/CS corrente	3.145	12.217	33.909	30.443
Reconhecimento créditos sobre indêbitos da Selic	1.764	-	1.764	-
Diferença de alíquota controladas exterior	-	-	14.700	12.539
Outras exclusões (adições) permanentes	7.225	(579)	13.005	26.023
Valor registrado no resultado	44.408	70.585	40.369	132.093
Alíquotas efetivas	-25,74%	-24,36%	-22,85%	-57,84%

- (i) Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai e no Equador, 27% para as sediadas no Chile e 29,5% para as sediadas no Peru, de modo que a diferença de alíquota é apresentada na rubrica de outras exclusões (adições) permanentes. Não há incidência de contribuição social nesses países;
- (ii) Substancialmente representado pela exclusão dos créditos remanescentes de subvenção de ICMS referente ao exercício de 2022, que ocasionou na geração de créditos tributários de prejuízo fiscal e créditos tributários de montantes pagos no exterior, conforme previsto na Lei 12.973; e
- (iii) Na controladora o benefício fiscal está substancialmente relacionado ao crédito presumido de 9% da IN 1.520/14 e no consolidado o principal impacto é referente a benefício fiscal no Uruguai.

Incertezas tributárias de imposto de renda

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos materiais nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos fiscais.

A Companhia e suas controladas discutem atualmente assuntos relacionados a cobranças de IRPJ e CSLL que, segundo avaliação dos respectivos assessores legais, têm prognóstico de perda possível e correspondem a tratamentos fiscais que devem ser aceitos pelas autoridades fiscais (nos termos do ICPC22). O valor total sob discussão consolidado é de R\$ 450.484 (R\$ 418.345 em 29 de fevereiro de 2024) e, na controladora, de R\$ 450.423 (R\$ 418.287 em 29 de fevereiro de 2024).

Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais como presumíveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23/ICPC22, conforme relacionados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i) A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2012 a 2015, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante total de R\$ 312.889 (R\$ 381.940 em 29 de fevereiro de 2024), incluindo multa e juros de mora.

O entendimento da Administração é de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).

ii) A Companhia discute administrativamente débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da dedução de custo de matéria-prima adquirida de fornecedor posteriormente considerado inidôneo pela Receita Federal, no montante R\$ 25.961 (R\$ 24.358 em 29 de fevereiro de 2024).

iii) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e o respectivo adicional de IRPJ do exercício de 2017, tendo em vista a exclusão de valores benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo de referidos tributos, nos termos Lei Complementar 160/2017. A Receita Federal do Brasil glosou parte das compensações de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, apurados em 2017, realizadas nos exercícios seguintes (2018 e 2020), exigindo IRPJ e CSLL de tais períodos no montante de R\$ 29.746 (R\$ 27.556 em 29 de fevereiro de 2024), incluindo juros e multa.

iv) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e IRRF do exercício de 2017, no montante de R\$ 39.395 (R\$ 36.550 em 29 de fevereiro de 2024), incluindo juros e multa, em face da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos, pela empresa incorporada SLC Alimentos, de despesas com aquisição de matéria-prima de fornecedor considerado inidôneo e por realização de pagamento sem causa. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

v) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL do exercício de 2017 e 2018, no montante de R\$ 18.204 (R\$ 16.895 em 29 de fevereiro de 2024), incluindo juros e multa, decorrente das deduções fiscais realizada pela empresa incorporada Pastificio Santa Amália, a título de amortização de ágio gerado da operação de investimento formalizada no ano de 2013, em face da transferência do capital para a empresa Alicorp S.A. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	10.004.073	9.338.477	12.345.345	11.360.289
Mercado externo	509.453	543.872	1.778.059	1.613.862
	10.513.526	9.882.349	14.123.404	12.974.151
Deduções de vendas				
Imposto sobre vendas	(825.400)	(773.041)	(931.305)	(867.542)
Devoluções, descontos e abatimentos	(747.775)	(703.105)	(929.160)	(856.962)
	(1.573.175)	(1.476.146)	(1.860.465)	(1.724.504)
Receita líquida de vendas	8.940.351	8.406.203	12.262.939	11.249.647

21. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Custos das vendas e serviços	(7.305.195)	(6.793.069)	(9.872.991)	(8.973.675)
Despesas com vendas	(812.340)	(748.909)	(1.193.881)	(1.096.006)
Despesas gerais e administrativas	(445.509)	(438.814)	(609.193)	(586.185)
	(8.563.044)	(7.980.792)	(11.676.065)	(10.655.866)
Gastos por natureza				
Matéria prima e materiais	(6.575.864)	(6.091.511)	(8.622.296)	(7.751.888)
Serviços de terceiros	(175.487)	(146.184)	(248.904)	(213.952)
Gastos com manutenção	(205.210)	(190.814)	(244.233)	(222.688)
Pessoal	(578.232)	(574.749)	(899.098)	(851.712)
Frete	(582.566)	(544.124)	(864.276)	(791.959)
Comissões sobre vendas	(47.946)	(49.737)	(70.376)	(65.618)
Energia elétrica	(55.922)	(56.238)	(93.195)	(89.594)
Depreciação e amortização	(115.492)	(133.400)	(212.570)	(222.217)
Amortização ativo de direito de uso	(37.492)	(31.228)	(53.706)	(39.730)
Locação	(31.330)	(30.094)	(46.367)	(41.270)
Despesas com exportação	(30.374)	(27.098)	(101.144)	(89.263)
Outras despesas	(127.129)	(105.615)	(219.900)	(275.975)
	(8.563.044)	(7.980.792)	(11.676.065)	(10.655.866)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Recuperação créditos tributários (i)	34.444	18.320	34.444	18.320
Recuperação de despesas	10.605	2.021	15.330	8.402
Outros	(1.132)	346	5.764	8.162
Receita de aluguel	2.728	2.732	2.753	4.293
Compra vantajosa Mabel (ii)	-	18.057	-	18.057
	46.645	41.476	58.291	57.234

- (i) Recuperação de débitos efetivados, devido a tributação indevida da receita de atualização monetária (SELIC) na apuração de IRPJ/CSL, os créditos recuperados totalizam o valor de R\$ 10.419. Recuperação de crédito correspondente a pagamentos previdenciários no período de 2009/2018, os créditos recuperados totalizam valor de R\$ 6.321. Recuperação de crédito sobre a exclusão de ICMS da Base de PIS e COFINS no valor de R\$ 16.318;
- (ii) Compra vantajosa apurada na aquisição das controladas CIPA Industrial de Produtos Alimentares e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares, detentoras da marca Mabel e da linha Toddy para cookies.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Despesas financeiras				
Juros	(551.490)	(504.700)	(621.368)	(564.565)
Juros sobre arrendamentos	(8.588)	(19.923)	(16.372)	(14.143)
Atualização monetária	(6.969)	(9.389)	(6.993)	(9.564)
Outras	(55.864)	(23.594)	(78.209)	(35.055)
	(622.911)	(557.606)	(722.942)	(623.327)
Receitas financeiras				
Juros	3.603	8.889	23.064	25.974
Descontos obtidos	1.318	1.839	1.993	1.846
Aplicações financeiras	192.820	151.026	202.423	156.850
Atualização monetária	6.768	9.160	7.064	14.381
Outras	-	-	2.221	1.602
	204.509	170.914	236.765	200.653
Instrumentos financeiros derivativos	27.982	(10.516)	27.982	(10.516)
Variação cambial	(9.818)	2.890	(6.172)	9.460
	18.164	(7.626)	21.810	(1.056)
Resultado financeiro	(400.238)	(394.318)	(464.367)	(423.730)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
		28/02/2025		29/02/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros	Nível				
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	2.158.568	2.158.568	2.455.936	2.455.936
Aplicações financeiras	2	13.728	13.728	13.698	13.698
Contas a receber	2	691.379	691.379	960.982	960.982
		2.863.675	2.863.675	3.430.616	3.430.616
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.324	1.324	-	-
		1.324	1.324	-	-
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	777.606	777.606	581.235	581.235
Empréstimos e financiamentos	2	4.377.085	4.389.156	4.816.738	4.832.817
Passivo de arrendamento	2	178.853	178.853	146.486	146.486
Contas a pagar	2	20.638	20.638	16.079	16.079
		5.354.182	5.366.253	5.560.538	5.576.617
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	34	34
		-	-	34	34
		Consolidado			
		28/02/2025		29/02/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros	Nível				
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	2.530.204	2.530.204	2.800.256	2.800.256
Aplicações financeiras	2	16.772	16.772	14.941	14.941
Contas a receber	2	1.153.993	1.153.993	1.359.367	1.359.367
		3.700.969	3.700.969	4.174.564	4.174.564
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.324	1.324	-	-
		1.324	1.324	-	-
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado	X				
Fornecedores	2	1.284.829	1.284.829	945.658	945.658
Empréstimos e financiamentos	2	5.237.675	5.249.746	5.486.034	5.502.113
Passivo de arrendamento	2	275.069	275.069	268.259	268.259
Contas a pagar	2	84.760	84.760	95.480	95.480
		6.882.333	6.894.404	6.795.431	6.811.510
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	34	-
		-	-	34	-

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Saldo Ativo em 28/02/2025
Importações Futuras	Dólar	335	50	16.750	1.312
Importações Futuras	Euro	5	50	250	12
		340	100	17.000	1.324

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Notas 3 e 4):

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
AAA	1.946.509	2.467.299	2.053.639	2.562.569
AA+	-	-	64.287	20.344
AA-	-	-	-	132
brA+	200.000	-	200.000	-
	2.146.509	2.467.299	2.317.926	2.583.045

ii. Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado

i. Risco da taxa de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI, ou equivalentes nas controladas internacionais. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/R\$, CLP/R\$, PEN/R\$ e EUR/R\$) e da taxa de juros (CDI).

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário	Cenário 2	Cenário 3
				Base	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Capital de Giro	Flutuação do CDI	13,15%	1.167.511	(155.185)	(193.981)	(232.777)
Debêntures	Flutuação do CDI	13,15%	3.207.396	(379.044)	(473.805)	(568.566)
Total				(534.229)	(667.786)	(801.343)
Variação (Perda)					(133.557)	(267.114)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário	Cenário 2	Cenário 3
				Base	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	13,15%	2.240.152	299.028	224.271	149.514
Total				299.028	224.271	149.514
Variação (Perda)					(74.757)	(149.514)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário	Cenário 2	Cenário 3
				Base	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	77.774	83.819	62.864	41.910
Total				83.819	62.864	41.910
Variação (Perda)					(20.955)	(41.910)

Dívida (variação cambial)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário	Cenário 2	Cenário 3
				Base	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	6,2748	584.603	(42.580)	(199.376)	(356.171)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,7569	245.668	(25.514)	(93.310)	(161.106)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0066	70.366	(5.469)	(24.428)	(43.387)
Total				(73.563)	(317.114)	(560.664)
Variação (Perda)					(243.551)	(487.101)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário	Cenário 2	Cenário 3
				Base	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Derivativos	Flutuação do BRL/USD	6,2748	99.429	7.242	33.910	60.577
Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	6,5329	1.540	325	792	1.258
Total				7.567	34.702	61.835
Variação (Perda)					27.135	54.268

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Riscos climáticos

A Companhia possui exposições relacionadas às mudanças climáticas, tendo em vista que eventos climáticos adversos podem impactar a produção das principais commodities nos países de origem de matéria-prima, que podem causar volatilidade nos preços de commodities e/ou rupturas na cadeia de suprimentos.

Eventuais mudanças regulatórias ou mudanças estruturais na sociedade relacionadas à percepção de clientes e consumidores em relação à contribuição sustentável da Companhia para a sociedade podem demandar investimentos adicionais. A estratégia de sustentabilidade da Companhia consiste em monitorar riscos atrelados ao tema e em iniciativas de diferentes áreas, reportados periodicamente ao Comitê de ESG e Ética e anualmente por meio do Relatório de Sustentabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia não tem planos ou alteração na forma ou composição dos produtos que possam resultar em impactos na mensuração dos ativos, notadamente contas a receber, estoques e imobilizado, ou dos passivos, por obrigações presentes por eventos passados, que devam ser registrados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2025 relacionados ao tema. Sendo estas as circunstâncias, as demonstrações financeiras do exercício não requereram ajustes decorrentes dos riscos relacionados às mudanças climáticas.

Riscos cibernéticos

A Companhia reconhece a importância crescente da segurança da informação em um mundo cada vez mais digital e interconectado, onde ataques cibernéticos podem comprometer a segurança das informações, interromper as operações e impactar financeiramente a organização. A exposição a riscos cibernéticos é significativa devido à dependência de sistemas digitais para a gestão da cadeia de suprimentos, processamento de transações financeiras e armazenamento de dados confidenciais de clientes e funcionários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ataques cibernéticos, como violações de dados e ransomware, podem não apenas causar perdas financeiras diretas, mas também afetar a reputação da empresa, resultando em perda de confiança dos clientes e possíveis penalidades regulatórias. Em resposta a esses desafios, a Companhia implementou um robusto programa de segurança cibernética que inclui monitoramento contínuo dos sistemas de informação, treinamento regular dos funcionários em práticas de segurança da informação e parcerias com organizações especializadas em segurança cibernética.

Além disso, a Companhia segue as melhores práticas do COBIT como uma estrutura central para governança de Tecnologia, visando garantir que suas operações estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais e em conformidade com as legislações de proteção de dados e segurança cibernética. Essa adoção permite uma gestão mais efetiva e uma proteção robusta contra as novas formas de ameaças digitais.

Para aprimorar ainda mais sua capacidade de prevenção e resposta, a Companhia integrou ferramentas avançadas baseadas em inteligência artificial em sua infraestrutura tecnológica. Essas ferramentas utilizam algoritmos de aprendizado de máquina para monitorar, detectar e reagir a atividades suspeitas em tempo real, o que eleva a eficiência dos processos de segurança. Embora até o momento não tenham sido observados eventos cibernéticos que resultem em impactos financeiros significativos, a incorporação dessas tecnologias assegura que a Companhia permaneça vigilante e proativamente preparada para responder a incidentes cibernéticos, garantindo assim a integridade dos seus ativos e a continuidade das operações comerciais.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Devedora. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia), em 28 de fevereiro de 2025. Conforme descrito na Nota 15, a Companhia efetuou o cálculo e concluiu estar em parâmetro inferior ao limite.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional.

Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Brasil		Internacional		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Ativo						
Circulante	4.384.079	4.920.305	1.826.311	1.430.409	6.210.390	6.350.714
Não circulante	3.381.427	3.176.516	1.514.778	1.094.128	4.896.205	4.270.644
Ativo total	7.765.506	8.096.821	3.341.089	2.524.537	11.106.595	10.621.358
Passivo						
Circulante	2.762.610	2.230.564	1.019.379	714.799	3.781.989	2.945.363
Não circulante	3.263.217	4.029.713	603.799	558.936	3.867.016	4.588.649
Passivo total	6.025.827	6.260.277	1.623.178	1.273.735	7.649.005	7.534.012

	Brasil		Internacional		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	10.008.607	9.347.503	2.336.738	2.012.786	12.345.345	11.360.289
Mercado externo	509.453	543.872	1.268.606	1.069.990	1.778.059	1.613.862
	10.518.060	9.891.375	3.605.344	3.082.776	14.123.404	12.974.151
Devoluções de vendas						
Impostos sobre vendas	(855.008)	(796.180)	(76.297)	(69.785)	(931.305)	(865.965)
Devoluções e abatimentos	(748.547)	(703.517)	(180.613)	(155.022)	(929.160)	(858.539)
	(1.603.555)	(1.499.697)	(256.910)	(224.807)	(1.860.465)	(1.724.504)
Receita líquida de vendas	8.914.505	8.391.678	3.348.434	2.857.969	12.262.939	11.249.647
Custos das vendas e serviços	(7.287.058)	(6.768.425)	(2.585.933)	(2.205.250)	(9.872.991)	(8.973.675)
Lucro bruto	1.627.447	1.623.253	762.501	652.719	2.389.948	2.275.972
Despesas de vendas	(812.328)	(751.598)	(381.553)	(344.408)	(1.193.881)	(1.096.006)
Despesas gerais e administrativas	(275.684)	(259.146)	(67.233)	(65.092)	(342.917)	(324.238)
Depreciação e amortização	(181.051)	(195.690)	(85.225)	(66.257)	(266.276)	(261.947)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado de equivalência patrimonial	53.388	50.357	737	7.960	54.125	58.317
Lucro antes das rec. e desp. financeiras	411.772	467.176	229.227	184.922	640.999	652.098
Despesas financeiras	(803.153)	(680.275)	(92.871)	(76.294)	(896.024)	(756.569)
Receitas financeiras	402.924	296.757	28.733	36.082	431.657	332.839
Lucro antes dos impostos	11.543	83.658	165.089	144.710	176.632	228.368
IRPJ e CSLL	71.296	139.440	(30.927)	(7.347)	40.369	132.093
Lucro líquido	82.839	223.098	134.162	137.363	217.001	360.461

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 28 de fevereiro de 2025:

Riscos	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em Risco	Custo da Apolice	Valor em Risco	Custo da Apolice
Riscos Operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	330.000	5.125	332.985	5.133
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	5.291.794	286	11.326.154	558
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	15.000	68	15.045	69
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	100.000	103	100.001	103
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	383.313	1.254	809.354	3.224
Veículos	Sinistros diversos	100% Tabela Fil	41	-	487
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos pessoais, danos materiais e custos de limpeza	400	10	400	10
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% das vendas	142	90% das vendas	143
Fiança locatícia	Inadimplimento da Companhia relativo a locação de imóveis	23.562	285	23.562	285
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas	12.470	181	15.316	207
Outros	Coberturas diversas	33.658	613	-	-

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP.

27. Transações Não Caixa

Transações que não envolveram caixa:

Atividades operacionais

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2025	29/02/2024	28/02/2025	29/02/2024
Ativos circulantes (i)	-	-	-	(128.359)
Ativos não circulantes (i)	-	-	-	(623.627)
Passivos circulantes (i)	-	-	-	74.545
Passivos não circulantes (i)	-	-	-	666.615
Imposto de renda e contribuição social pagos (ii)	(22.320)	(2.849)	(35.429)	(2.490)
	(22.320)	(2.849)	(35.429)	(13.316)

Atividades de investimentos

Adições imobilizado e intangível (iii)	89.009	52.698	103.931	60.964
Adições aos investimentos (iv)	9.845	107.448	-	-
	89.009	52.698	103.931	60.964

Atividades de financiamentos

Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento	70.384	8.532	40.442	122.489
Pagamentos de passivo de arrendamento (v)	4.046	4.369	3.533	3.329
	74.430	12.901	43.975	125.818

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e em 29 de fevereiro de 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes advindos das operações de combinações de negócios;
- (ii) Valores compensados com créditos de impostos;
- (iii) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras;
- (iv) Na controladora em 28 de fevereiro de 2025 houve aporte de R\$ 9.845 na controlada Camil Properties por meio de transferência de imobilizado e em 29 de fevereiro de 2024 houve aporte de R\$ 75.448 na controlada Camil Energias por meio de transferência de imobilizado, além de outros R\$ 32.000 que incrementaram o investimento na controlada CIPA por meio de formalização de integralização ao capital social de AFAC cujo respectivo fluxo de caixa ocorreu em dezembro de 2022; e
- (v) Créditos de PIS/COFINS tomados sobre os valores pagos de arrendamento no exercício.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 57986283-7E9C-4221-9435-741BA246459F
 Subject: Complete with Docusign: Camil Alimentos S.A. 28.02.2025
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 107
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
 Luciano Sousa
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 luciano.sousa@pwc.com
 IP Address: 134.238.159.42

Record Tracking

Status: Original 08 May 2025 21:35	Holder: Luciano Sousa luciano.sousa@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 08 May 2025 22:14	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Renato Barbosa Postal
 renato.postal@pwc.com
 Sócio
 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
 Ltda.
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

 2F5068F0522C416...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 201.44.251.133

Timestamp

Sent: 08 May 2025 | 21:51
 Resent: 08 May 2025 | 22:12
 Viewed: 08 May 2025 | 22:12
 Signed: 08 May 2025 | 22:13

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Luciano Sousa
 luciano.sousa@pwc.com
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 08 May 2025 | 22:14
 Viewed: 08 May 2025 | 22:14
 Signed: 08 May 2025 | 22:14

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	08 May 2025 21:51
Certified Delivered	Security Checked	08 May 2025 22:12
Signing Complete	Security Checked	08 May 2025 22:13
Completed	Security Checked	08 May 2025 22:13

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------